

ABMES **CADERNOS** Pequenas e médias IES — tendências e oportunidades



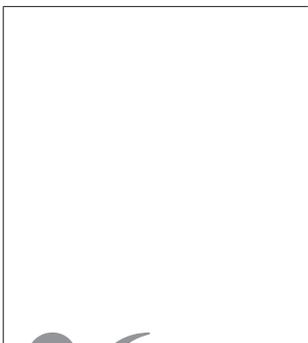
26

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior



Pequenas e médias IES – tendências e oportunidades

ABMES **Cadernos** **26**



Presidência

Presidente
Gabriel Mario Rodrigues

1º Vice-Presidente

Carmen Luiza da Silva

2º Vice-Presidente

Getúlio Américo Moreira Lopes

3º Vice-Presidente

José Janguiê Bezerra Diniz

Conselho da Presidência**Titulares**

Candido Mendes de Almeida
Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco
Vera Costa Gissoni
Terezinha Cunha
Paulo Antonio Gomes Cardim
Antonio Carbonari Netto
Celso Niskier
Jouberto Uchôa de Mendonça
Valdir Lanza
Wilson de Mattos Silva
Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho

Suplentes

Fábio Ferreira de Figueiredo
Eda Coutinho Barbosa Machado de Souza
Gislaine Moreno
Alexandre Nunes Theodoro
Antonio Colaço Martins

Conselho Fiscal**Titulares**

Paulo Antonio Lima
Eduardo Silva Franco
Luiz Eduardo Possidente Tostes
Custódio Filipe de Jesus Pereira
Débora Cristina Brettas Andrade Guerra

Suplentes

Eliziário Pereira Rezende
Hiran Costa Rabelo

Diretoria Executiva**Diretor-Geral**

Fabício Vasconcellos Soares

Vice-Diretor-Geral

Sérgio Fiuza de Mello Mendes

Diretor Administrativo

Décio Batista Teixeira

Diretor Técnico

Daniel Castanho

Diretor Executivo

Sólon Hormidas Caldas

Diretora Acadêmica

Cecília Eugenia Rocha Horta

Organizadora

Cecília Eugenia Rocha Horta

Capa

G +

Degração

Globo Tradução

Revisão

Whang Pontes Teixeira

Editoração Eletrônica

Valdirene Alves dos Santos

**Associação Brasileira de Mantenedoras
de Ensino Superior (ABMES)**

SCS Quadra 7 Bloco A Sala 526
Edifício Torre do Pátio Brasil Shopping
70 330 -911 Brasília DF
Tel. 61-3322-3252 Fax 3224-4933
www.abmes.org.br abmes@abmes.org.br

P425 Pequenas e médias IES : tendências e oportunidades / Cecília Eugenia Rocha Horta, organizadora. – Brasília : ABMES Editora, 2013.
108 p. ; 21 cm. – (Cadernos ABMES ; 26)

Inclui bibliografia
ISSN 1516-618X

1. Ensino superior. 2. Ensino superior – tendências. 3. Instituições de Ensino Superior. I. ABMES. II. Horta, Cecília Eugenia Rocha.

CDU 378.1

Sumário



I – Apresentação	05
II – Introdução	07
III – Seminário e workshop “Pequenas e médias IES: tendências e oportunidades” – Programa	11
Diagnóstico das pequenas e médias IES: indicações para a melhoria da competitividade	15
<i>Rodrigo Capelato</i>	
Pequenas e médias IES: constatações, crenças e indicações de caminhos	27
<i>Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco</i>	
Visão crítica da trajetória das pequenas e médias IES: desafios e propostas	39
<i>Célia Cristina Silva Carvalho</i>	

Visão crítica da trajetória das pequenas e médias IES: forças, fraquezas, ameaças e oportunidades	51
<i>Zita Pires</i>	
Visão crítica da trajetória das pequenas e médias IES: forças, fraquezas, ameaças e oportunidades	59
<i>Marcos Antonio de Lima</i>	
V – Sessão Plenária.....	69
Anexo	95
Normas para apresentação de originais.....	97

Apresentação

*Gabriel Mario Rodrigues **

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) estabeleceu como uma das metas da atual gestão elaborar um Plano de Ação capaz de subsidiar as pequenas e médias instituições de ensino superior (PMIES) no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e administrativas.

Para dar início ao processo, a ABMES realizou no dia 9 de abril de 2013, em Brasília, o seminário “Pequenas e médias IES – tendências e oportunidades” com o objetivo de oferecer subsídios à realização da pesquisa “Diagnóstico das pequenas e médias instituições de ensino superior: indicações para a melhoria da competitividade”. A pesquisa desenhará um mapa, identificará os limites e as possibilidades e realizará um estudo do impacto econômico das PMIES no Brasil; analisará as consequências dos processos de avaliação e de regulação e identificará as possibilidades de atuação da ABMES no âmbito dessas instituições.

* Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)
abmes@abmes.org.br.

A presente edição reúne a íntegra das exposições e dos debates do seminário que contou com a participação de educadores – “verdadeiras forças vivas locais” – que ao enfrentarem em seus caminhos condições totalmente adversas, dão um belo exemplo ao país de comprometimento com a busca permanente da qualidade do ensino e com a sobrevivência das instituições que representam.

As PMIES têm uma importância muito grande no processo de democratização, expansão e interiorização do ensino superior no país e, portanto, precisam ter a sua voz ouvida e suas características respeitadas para que continuem a ocupar o espaço a que têm direito no contexto educacional brasileiro.

Brasília, 3 de setembro de 2013.

Introdução

*Cecília Eugenia Rocha Horta*¹

“Somos acionadores de oportunidades, somos da terra, entendemos a necessidade da região e oferecemos uma educação com a cara do nosso povo”
(Célia Christina Silva Carvalho²).

A permanência no sistema educacional das pequenas e médias IES (PMIES) representa um dos grandes desafios do segmento particular de ensino. Tais instituições convivem com um mercado competitivo, com as normas oficiais de avaliação e regulação, ao lado de outros problemas de natureza acadêmica, de gestão e de ordem financeira.

A ABMES considera que os estudos existentes no país sobre as PMIES ainda não são suficientes para que se tenha um diagnóstico da situação atual, fato que dificulta sobremaneira a definição de linhas de ação junto a essas instituições.

¹ Diretora Acadêmica da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, abmes@abmes.org.br.

² Diretora da Faculdade Nobre de Feira de Santana, em depoimento à revista *Ensino Superior*. Ano 15, n. 175, 2013, p.26.

Sabe-se, porém, que as PMIES estão localizadas, na sua maioria, em locais em que o Poder Público não está e/ou está precariamente presente. Os responsáveis pela criação dessas instituições são em geral educadores – forças vivas locais – que se organizam visando não só oferecer ensino superior aos estudantes da região, que não podem frequentar as escolas dos grandes centros, como também viabilizar, de forma expressiva, a interiorização da educação no país.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), ano base 2011, as PMIES com até 2.000 alunos representam 71,17% do total de instituições privadas do país, são responsáveis por 17% das matrículas e por 27,3% do total de cursos.

Apesar das dificuldades e obstáculos, as PMIES contribuem para a formação de pessoal de nível superior, empregam professores e auxiliares de administração escolar, movimentam o comércio e o mercado de trabalho por meio da qualificação de mão de obra para atender às demandas locais e regionais.

O lado ruim da história é que o Ministério da Educação (MEC), com base nos indicadores de avaliação – que ignoram a especificidade e a heterogeneidade do sistema educacional –, penaliza duramente as instituições, e de forma especial as PMIES, com cortes de vagas, desligamento de programas de apoio financeiro ao aluno, arquivamento de processos de cursos em tramitação, fechamento de cursos, dentre outras medidas.

Tendo em vista essa realidade, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) decidiu enfrentar o desafio de definir, com clareza e responsabilidade, uma proposta que visa estabelecer as bases para um plano de ação em apoio às PMIES que compõem a maioria do quadro de associados da ABMES.

Para dar início ao processo, a entidade realizou no dia 9 de abril de 2013, na sua sede em Brasília, o seminário “Pequenas e médias IES – tendências e oportunidades” com o objetivo de oferecer subsídios à realização da pesquisa “Diagnóstico das pequenas e médias instituições de ensino superior: indicações para a melhoria da competitividade”.

O trabalho já em desenvolvimento aprofundará estudos sobre: a legislação que rege o sistema educacional brasileiro e os fatores que impulsionaram a sua expansão; a visão da dinâmica da competição e das turbulências do sistema; a percepção correta da forma como são geradas as políticas governamentais e a identificação de modelos e estratégias de gestão.

Rodrigo Capelato, sócio do Instituto Expertise, observa que as PMIES são estratégicas para a economia do país, para a economia local, para a interiorização do ensino e para garantir a diversidade da oferta de cursos superiores nas regiões em que ensino público não chega. No entanto, adverte: “O Brasil precisa de políticas públicas para que as PMIES possam se tornar competitivas”.

O questionário completo e confidencial da pesquisa, elaborado em parceria com a ABMES e com o Instituto Expertise, “será

extremamente eficaz no auxílio ao levantamento de informações de altíssima qualidade para municiar as PMIES na construção de seus projetos institucionais”, afirma André Pioli, diretor de projetos do Instituto PHD. Ele recomenda que os representantes das IES sejam criteriosos nas suas respostas e que deixem também as suas contribuições para agregar valor ao estudo.

É grande a expectativa do presidente Gabriel Mario Rodrigues, em relação à colaboração das instituições associadas e não associadas: “espero que participem da pesquisa para legitimar o projeto/ carro-chefe da atual gestão e também para oferecer subsídios ao Plano de Ação para as PMIES que a nossa entidade pretende coletivamente construir e implementar”.

Os resultados globais da pesquisa serão enviados com exclusividade às instituições participantes por meio de recortes específicos, que lhes permitirão realizar análises e diagnósticos de seu interesse.

A ABMES acredita nos projetos sérios e consistentes das pequenas e médias IES e reafirma, com grande convicção, a sua crença na possibilidade de colaborar no processo de descoberta de caminhos que garantam a sua sustentabilidade e permanência no sistema educacional brasileiro.

Seminário e Workshop “Pequenas e médias IES – tendências e oportunidades”

Programa

Data

9 de março de 2013

Horário

9h30 às 12h e 14h30 às 17h

Local

Auditório Victorio Lanza (sede da ABMES), Brasília, DF

Objetivos

- Obter subsídios para a elaboração de um diagnóstico sobre as pequenas e médias IES (PMIES) no país;
- Debater com a participação de estudiosos na área questões de interesse das PMIES: indicações para a melhoria da competitividade, gestão, demandas 15
- Discutir propostas de atuação da ABMES no apoio às PMIES.

► 9h30 às 12h

Coordenador da mesa: Gabriel Mario Rodrigues

Diagnóstico das pequenas e médias IES – indicações para a melhoria da competitividade

Rodrigo Capelato – Diretor Executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp). Sócio da Expertise Educação e do Instituto Expertise.

Visão crítica da trajetória das pequenas e médias IES: forças, fraquezas, ameaças e oportunidades – depoimentos

Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco – Presidente do Centro de Estudos Avançados do Pará

Célia Christina Silva Carvalho – Diretora acadêmica da Faculdade Nobre de Feira de Santana

Zita Pires – Diretora acadêmica da Faculdade de Ciências e Educação Rubiataba

Marcos Antonio Lima – Diretor do Instituto de Aperfeiçoamento Tecnológico de Piracicaba

► 14h30 às 17h

Workshop

Objetivos

- Oferecer aos representantes das instituições a oportunidade de apresentar seus pontos de vista a respeito dos temas discutidos e de sugerir ações que possam subsidiar a ABMES na organização de proposta de trabalho com as PMIES;
- Discutir e debater questões que envolvem o contexto das PMIES em relação aos aspectos regulatórios e de avaliação, mercadológicos, de gestão, sustentabilidade e pertinência dos projetos institucionais.

Moderadores:

José Roberto Covac, Rodrigo Capelato, Priscila Simões e Fábio Garcia Reis

Diagnóstico das IES de pequeno porte – indicações para a melhoria da competitividade¹

Rodrigo Capelato²

1 – Introdução

O projeto Diagnóstico das IES de pequeno porte – indicações para a melhoria da competitividade atende à demanda da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), com o objetivo de apresentar alternativas para melhorar a competitividade dessas instituições. A proposta foi elaborada pelo Instituto Expertise Educação, que possui experiência em contribuir para a melhoria da qualidade das instituições de ensino superior (IES) brasileiras.

¹ Projeto do Instituto Expertise de Educação. Colaboraram: José Roberto Covac (sócio), Priscila Simões (consultora e parceira); Fábio Garcia Reis (consultor) Maurício Henrique Morelli (estatístico).

² Diretor Executivo do Sindicato das Entidades as Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Semesp). Sócio da Expertise Educação e do Instituto Expertise. rodrigo@semesp.org.br

2 – Cenário do ensino superior no Brasil

É possível entender o atual cenário do ensino superior do Brasil, tendo como perspectiva a legislação educacional. A Lei de Diretrizes e Bases – Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – e, posteriormente, o conjunto de leis, decretos, portarias, despachos e resoluções contribuíram para configurar o sistema de educação superior do Brasil contemporâneo: a Lei n.º 10.861, de 2004, que instituiu o Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e as posteriores regulamentações, como a Portaria Normativa n.º 40/2007, republicada em 29 de dezembro de 2012, a Portaria Normativa n.º 4, de 5 de agosto de 2008, que criou o Conceito Preliminar de Curso, e a Portaria Normativa n.º 12, de 5 de setembro de 2008, que instituiu o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), norma criada pela Portaria Normativa n.º 12, de 05 de setembro de 2008.

O IGC e o Conceito Preliminar de Curso (CPC) são responsáveis pelos atuais parâmetros do sistema de avaliação das IES e dos cursos de graduação, considerando que, com base nesses indicadores, são aplicadas medidas cautelares como redução de vagas, arquivamento de pedidos de novos cursos, suspensão de processo seletivo e autonomia universitária.

Entretanto, não é apenas a legislação que explica o sistema de ensino superior. É preciso considerar os fatores que impulsionaram a expansão do sistema de educação superior, a baixa taxa de cobertura líquida que em 2001 era de 9,0% e dez anos depois é de 14,0%, a necessidade de inclusão, o empreendedorismo dos mantenedores da iniciativa privada e a expansão global dos sistemas

de educação superior que efetivamente explicam, a partir da década de 1990, o crescimento das matrículas e o aumento do número de IES no Brasil:

Matrículas

- 1990 – 1,54 milhão
- 2000 – 2,69 milhões
- 2011 – 5,77 milhões (somente na modalidade presencial)

IES

- 1990 – 882
- 2000 – 1.180
- 2011 – 2.365

A expansão do sistema de ensino superior no Brasil tem como características:

- Predomínio da expansão das matrículas e do crescimento das IES no setor privado;
- Presença marcante de IES de pequeno porte, com até 3.000 alunos matriculados, que representam 77% do total de IES privadas no Brasil, segundo o Censo Educacional de 2011;
- Tendência de consolidação do sistema, em função das aquisições dos grupos educacionais;

- Avanço da oferta de ensino a distância e dos cursos superiores de tecnologia;
- Ampliação dos mecanismos de financiamento que ainda precisam ser ampliados;
- Centralização do sistema de ensino superior, em função da legislação educacional;
- Políticas de inclusão social;
- Atuação do governo para ampliar o número de instituições e vagas do setor público federal; e
- Intensificação do processo de globalização e internacionalização.

A competição, a dinâmica e as turbulências do sistema de ensino superior acarretam uma série de dificuldades para as IES de pequeno porte. Para se ter uma ideia, as IES de até 3.000 alunos representavam, em 2011, 77% do total das IES brasileiras. As IES que possuem menos de 10 cursos representam 73,4% do total de IES no Brasil.

As previsões e projeções da dinâmica do sistema de ensino superior apontavam um processo de consolidação intenso até 2015. A consolidação do sistema não vai acontecer de uma forma intensa e rápida como foi prevista. As IES de pequeno porte, aqui consideradas aquelas de até 3.000 estudantes, continuarão a atuar no sistema com uma série de entraves e dificuldades.

As políticas governamentais dos últimos anos indicam a preocupação do governo federal com as micro e pequenas empresas. O governo tem criado incentivos fiscais para organizações de pequeno e médio porte. Recentemente, há ações para desonerar a folha de pagamento e intensificar a geração de empregos.

O ensino é livre à iniciativa privada e o papel das entidades mantenedoras de ensino superior privado é fundamental como parceiras estratégicas do governo. Por meio da educação, os países formam cidadãos e intensificam a produção de novos conhecimentos e tecnologias. A educação tornou-se estratégia para os países que efetivamente possuem políticas de desenvolvimento sustentável e pretendem ter incidência na economia do conhecimento do século XXI.

A economia é dinâmica em países que investiram na educação. O setor educacional movimenta milhões de reais com:

- a) o funcionamento das IES; b) o pagamento de salários;
- c) a compra de insumos; c) a geração de empregos diretos e indiretos; d) a dinâmica de negócios em torno das IES;
- e) o pagamento de impostos formação de pessoas, entre outros fatores.

As IES de pequeno porte são estratégicas para a economia do país e para a economia do local, para a interiorização e para a diversidade da oferta de cursos superiores em que o Poder Público não está presente. O Brasil precisa de políticas públicas para que as IES de pequeno porte possam ser competitivas e para que possam continuar a exercer a missão de formar cidadãos.

3 – Competitividade e IES de pequeno porte

O sistema de ensino superior no Brasil cresceu de 1997 a 2005, em média, mais de 11,0% ao ano. A partir de 2005, a média caiu para menos de 4,5% ao ano. A expansão da década de 1990 é um dos fatores que explicam o alto número de IES de pequeno porte. Entre essas IES, poucas se destacam como IES de elite ou de nicho. Maurício Garcia, em 2005, fez um estudo sobre os segmentos de mercado e assim classificou os segmentos: instituições de elite; quadrante dos sonhos; instituições de massa; e quadrante do pesadelo.

As IES que estão no quadrante do pesadelo são aquelas que enfrentam dificuldades para serem reconhecidas em função da qualidade educacional. São, geralmente, IES de pequeno porte, que não possuem tradição, reputação nem ganhos de escala. São instituições que de modo geral estão localizadas em regiões interioranas, mas que contribuem com a dinâmica do local e com a formação de pessoas.

A competição das IES de massa, especialmente as que pertencem aos grupos educacionais, os critérios de avaliação do sistema de ensino superior, que não respeitam as diferenças regionais e os custos operacionais são fatores que podem explicar o “pesadelo”, indicado por Garcia.

A capacidade de crescimento orgânico, o ganho em escala, os investimentos em marketing e o poder financeiro das IES de massa são fatores que as tornam mais competitivas.

Para Ramos e Lobo (2010), o mercado competitivo do ensino superior exige que as IES de pequeno porte tenham capacidade de se adaptar e agir com respostas eficientes às pressões ambientais, com estratégias eficazes.

4 – Economia da educação: o papel das IES de pequeno porte

Martin Carnoy, economista e engenheiro norte-americano, talvez seja um dos estudiosos do ensino superior mais respeitado no ambiente acadêmico de ensino superior e desenvolvimento econômico. Ele já fez estudos para Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), entre outras organizações. Carnoy escreveu o livro “Economia da Educação”, no qual argumenta que governos, associações representativas e academia precisam reconhecer que a “educação é importante para a economia global e que o setor incrementa a produção de bens e serviços com base científica”. A educação é um setor de alto investimento e consumo, além de ser uma atividade que utiliza recursos sociais para conseguir objetivos sociais. A educação é um investimento público e privado de grande magnitude.

O investimento do governo na educação foi de 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010. Com o novo Plano Nacional de Educação (PNE), espera-se que o governo invista 10% do PIB. Os gastos públicos no ensino superior são de R\$ 17,9 mil por aluno, por ano. Os gastos privados representam R\$ 6,2 mil por aluno, por ano.

As IES investem seus recursos em contratação de pessoas, em livros, em infraestrutura, em eletricidade, em recursos didáticos, em informática, entre outros gastos. São responsáveis pela contratação de pessoas que possuem conhecimento e formação adequada, além de formarem cidadãos e trabalhadores especializados. Há uma taxa de retorno dos investimentos em educação realizados pelos governos federal, estadual, municipal ou pelo mantenedor de IES de iniciativa privada. As taxas de retorno são maiores quando o Estado institui IES públicas eficientes e permitem a dinâmica dos sistemas de educação.

O setor do ensino superior de iniciativa privada do Brasil representa 1% do PIB. Pesquisa realizada pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Semesp) demonstra que 86% dos empregados nas empresas são egressos das IES de iniciativa privada. As empresas têm contratado egressos de IES privadas. Os economistas demonstram que uma pessoa com ensino superior tem em média um salário 55% maior que os que não possuem ensino superior. As IES de pequeno porte exercem um papel relevante na economia da educação. Exercem também um papel estratégico de formação e de dinâmica local e regional, em função da inserção social.

A consolidação do sistema de ensino superior deve ser intensificada nos próximos anos, mas cabe às associações representativas apontar o caminho para as IES de pequeno porte e contribuir para que essas IES sejam competitivas.

Espera-se que o governo brasileiro crie mecanismos de incentivo para as IES de pequeno porte, assim como criou para as micro e

pequenas empresas. Organizações como Unesco, Banco Mundial e OECD já elaboraram vários relatórios que reconhecem a importância da educação para a economia dos países.

5 – Objetivo

Fazer um estudo do perfil das IES de pequeno porte, a partir das referências da economia da educação e apontar estratégias de melhoria da competitividade dessas IES.

Objetivos específicos

- Fazer um mapa das pequenas IES do Brasil (localização regional, matrículas, ticket médio, índices de retenção e de inadimplência, número de IES, composição do corpo docente, resultados da avaliação – CPC e IGC);
- Realizar um estudo do impacto econômico das IES de pequeno porte – faturamento médio, custo operacional, indicadores de investimento, gasto médio com pessoal e gastos com impostos;
- Analisar o impacto do processo regulatório na organização e dinâmica das IES;
- Verificar o impacto das avaliações oficiais do MEC, na dinâmica das IES;
- Indicar o impacto da IES na economia regional; e

- Identificar as possibilidades de atuação da ABMES no apoio ao incremento de competitividade das pequenas e médias instituições de ensino superior privadas.

6 – Metodologia da pesquisa

Será considerado IES de pequeno porte as IES que possuem até 3.000 estudantes, o que representa 77% do sistema de educação superior do Brasil.

O estudo será realizado com base nas seguintes fontes: a) Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC); b) indicadores de avaliação do Sistema de Informações do Ensino Superior Particular (Sindata), órgão do Semesp; c) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); d) Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); relatórios de consultorias; e) indicadores econômicos da Unesco, Banco Mundial, OECD; e outros.

O relatório pretende ser um diagnóstico das IES de pequeno porte, apoiado em gráficos e tabelas, além de apresentar um conjunto de ações para melhorar a competitividade das IES de pequeno porte. O relatório a ser elaborado terá como referencial teórico os estudos diagnósticos das organizações que fazem análise dos sistemas de educação superior, a bibliografia sobre economia da educação e a bibliografia que faz a análise da expansão e da competitividade dos sistemas de ensino superior.

Também será realizado com o Instituto PHD, sob orientação do Instituto Expertise, pesquisa de campo com amostra confiável para identificar pontos críticos, boas práticas e sugestões do público-alvo. Nessa pesquisa serão abordados, dentre outros aspectos, o questionamento sobre as expectativas das pequenas e médias IES em relação à atuação da ABMES como entidade representativa do setor. Também serão incluídas questões sobre as propostas levantadas no estudo, como a possibilidade das IES trabalharem em rede.

7 – Resultados esperados

- Mapa das IES de pequeno porte, por região (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte);
- Análise do cenário da dinâmica das IES de pequeno porte;
- Levantamento do impacto econômico das IES de pequeno porte e sua contribuição para a sociedade;
- Proposições: a) verificação do papel do Estado na dinâmica das IES de iniciativa privada; b) indicação de ações que contribuem com as políticas do poder público, que tenham como perspectiva a IES como empresa de pequeno porte; c) propostas de políticas de melhoria da sustentabilidade da IES; d) propostas de ações das associações representativas na dinâmica das IES de pequeno porte;

- Revisão dos indicadores no Art. 33b da Portaria 40 (CPC e ICG) e da sua utilização como referencial de regulação;
- Elaboração de cenários para as IES de pequeno porte; e
- Apresentação de propostas concretas visando à sustentabilidade das IES com até 3.000 alunos.

8 – Bibliografia

CARNOY, Martín. *Economía de la educación*. Barcelona: Editorial UOC, 2006.

GARCIA, Mauricio. Três grandes tendências para o ensino superior privado. *Revista Ensino Superior*, São Paulo, n. 77, p. 41-43, fev. 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). *Resumo técnico do Censo de Educação Superior de 2010*, INEP/MEC, 2012. PIRES, Valdemir. *Economia da educação: para além do capital humano*. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Alexandre Moraes e LOBO, Eduardo. Estratégias genéricas de competição praticadas por IES privadas de pequeno porte. *Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária da América do Sul*, Mar del Plata, dezembro de 2010.

SÉCCA, Rodrigo Ximenes e LEAL, Rodrigo Mendes Leal. Análise do setor de ensino superior privado. *BNDES Setorial* 30, p. 103-156.

Pequenas e médias IES: constatações, crenças e indicações de caminhos

Édson Franco¹

Panta Rei – Tudo muda. Nada persiste. (Heráclito)²

Estejamos sempre prontos para começar tudo de novo, se for preciso.
Saíamos da zona de conforto.

Obrigado por me fazerem ressurgir das cinzas, qual Fênix, quando já atravesso os tempos da lembrança e da alvura dos cabelos, que alguns chamam injustamente de melhor idade. Acredito que o convite que me foi formulado decorre das quatro experiências que já vivi e vivo no mundo educacional:

- dirigi uma universidade de 15.000 alunos, considerada nos anos 90 como uma universidade de porte. Hoje esse número é pouco

¹ Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (1992-2004). Ex-reitor da Universidade da Amazônia. Presidente do Centro de Estudos Avançados do Pará e da Associação Amapaense de Ensino e Cultura. edsonfranco@unama.br

² Heráclito de Éfeso, filósofo que viveu por volta de 480 a. C., dizia que tudo passa. A expressão grega *Panta Rei* surge da noção de que tudo é móvel, transitório, passageiro. Para ilustrar essa afirmação, Heráclito usava a metáfora do rio: “Não é possível banhar-se no mesmo rio duas vezes”. (nota da organizadora)

expressivo, diante das grandes instituições educacionais com centenas de milhares de estudantes;

- fui convidado e dirigi por pouquíssimo tempo, devido às intempéries do meu coração vacilante, uma outra universidade, de fora do meu Estado, que, de 15.000 alunos, em uma década ficou reduzida a 1.500 estudantes, na maioria bolsistas. Aos ataques impiedosos do MEC essa instituição não soube reagir com eficácia e está agora procurando encontrar o bonde da história;
- presido atualmente uma IES de 2.300 alunos no extremo norte do país, portanto, acima da faixa quantitativa das preocupações deste seminário. Ela se apresenta em condições de rara sustentabilidade e de cursos bem reconhecidos;
- finalmente, presido também uma outra IES, esta de 900 alunos, com cursos todos bem reconhecidos, hoje objeto das preocupações deste Seminário e das minhas também. Venho, portanto, buscar aqui ideias de salvação, de muito mais alunos e de efetiva sustentabilidade.

O leque de experiências de vida permite-me encarar este Seminário como uma oportunidade ímpar de aprendizado.

Preocupa-me aqui e agora o conceito de pequena IES e se esse conceito resulta apenas e tão somente do número de alunos com os quais elas atuam. A ideia de pequena IES nem sempre configura o grau de carência de sustentabilidade da mesma. Há IES de

pequeno porte, mas cuja sustentabilidade mostra-se evidente e socialmente reconhecida. Minha cabeça está com os nomes dessas IES e, certamente, os participantes deste Seminário também as conhecem.

Elas descobriram receitas para além das mensalidades escolares e prestam relevantes serviços à sociedade. Poucas dessas IES frequentam as rodas da ABMES, mas delas temos muito que aprender.

Então, a ideia de pequena IES parece resultar, para os efeitos deste Seminário, da conjugação de duas condições:

- contar com um universo pouco expressivo de alunos, e,
- possuir poucas condições de sustentabilidade. Assim, as condições de sustentabilidade parecem constituir a característica de “pequena” para a IES e não necessariamente o contingente de alunos que possua. São pequenas porque não criaram o seu próprio nicho e não se constituem em referência social ampla.

É muito comum que se procure encontrar na “gestão” o conjunto de causas que determinam a débil sustentabilidade das IES e também o restrito contingente de alunos. Estou seguro que “gestão” é um dos fatores determinantes da sustentabilidade de uma IES. Não é o único porém e nem só foi ele que, por exemplo, contribuiu para o desmoronamento da sustentabilidade institucional em relação à universidade, que por dois meses dirigi até que fui obrigado a deixar a IES e a deixar de fumar ...

Quando a pequena e média IES não possui sequer condições de participar dos encontros de uma ABMES como são os realizados a cada mês, pode-se dizer que a IES tem tamanhas dificuldades de sustentabilidade que nem encontra recursos para participar de eventos desta natureza.

Tenho, nesse caso, duas ordens de preocupações:

- realmente a IES não tem condições de custear sua presença em reuniões promovidas por uma instituição como a ABMES, ou,
- a ABMES não está sabendo oferecer tal atratividade em seus eventos a ponto de serem pouco priorizados pelas IES. Será certo que consideremos como concorrentes esses dois pontos? E quando a ABMES realiza encontros regionais, os que estão mais próximos espacialmente dos mesmos e, portanto, sem grandes despesas de deslocamento, participam dos seminários realizados? Pior: algumas das IES nem mais acreditam na sua sobrevivência e na sua sustentabilidade? São presas fáceis do Fisco e dos compradores de instituições educacionais?

Se é verdade que há tantas pequenas e médias IES – os números mostram isso – que sofrem pela reduzida quantidade do seu alunado e pela sua restrita sustentabilidade, que causas são as mais determinantes dessa dupla condição? Reconhecendo as causas, será que poderemos sugerir a administração de alguma terapêutica? Sou forçado a arriscar da existência de quatro aspectos ou quatro causas determinantes da pequenez e da pouca sustentabilidade de algumas IES:

- certamente o MEC (Governos) é uma das causas a considerar. Ele sente, algumas vezes, que pode falar mais alto que o próprio mercado e, assim, restringir quaisquer ímpetus de crescimento das IES naquilo que a comunidade mais deseja. Velho de guerra, me lembro dos tempos em que se fechava “protocolo” para receber pedidos de novos cursos ou então para restringir a “dieta de crescimento” a um determinado número de pedidos de novos cursos. Velho de guerra, não me esqueço dos debates da rua Graça Aranha, no Rio de Janeiro, travados apaixonadamente por Barreto Filho e Antonio Martins Filho na defesa da criação de novos cursos de Direito no País. O MEC ainda tem dificuldades de perceber que é o Ministério da Educação e não o Ministério da Educação Pública no País. Para reforçar sua condição soberana e autoritária vem usando dos instrumentos de avaliação de cursos e de IES para dificultar tudo e das provas do Enade para concluir pela débil qualidade das IES particulares. A IES pode até ser bem avaliada por avaliadores externos, oriundos de designação ministerial, mas de pouco isto adiantará diante dos resultados do Enade, que, lamentavelmente, ainda não foram suficientemente analisados como já vem ocorrendo com o Enem e nele inclusos os hinos desportivos e as receitas de macarrão... A dificuldade do MEC está em não saber atacar as causas dos medíocres resultados do Pisa, do Enem e do Enade. Até parece que tais resultados têm pouco a ver com as políticas por ele adotadas. As mais recentes universidades criadas pelo Governo Federal estão vivendo à míngua de professores e de infraestrutura organizacional e isto é pouco considerado pelo Poder Público. O

papel usado nas decisões governamentais é inofensivo e aceita tudo. IES particulares que apresentam resultados medíocres precisam de apoio e orientação, mas o que contam é com o desdém do tratamento governamental e com a ameaça de futura punição. Para penetrar nos umbrais do MEC em busca de orientação, a IES particular precisa driblar a burocracia instalada. Até parece que muitas das pequenas e médias IES são filhas bastardas do mundo educacional. O MEC parece ter medo de comprovar o DNA dessas instituições, preferindo marginalizá-las, ameaçando caçá-las das certidões de nascimento que comprovam a existência das mesmas e o reconhecimento delas. Todas as oportunidades de financiamento governamental anunciadas destinam-se às instituições portadoras de resultados privilegiados à luz dos processos avaliativos do Governo. Quem precisa não ganha.

- Certamente o mercado (círculo social) também não está recebendo o profissional acabado como desejaria receber das IES. Ele ainda nutre a ideia de que receberá um profissional pronto para atuar no mundo dos negócios. Empresas especializadas em recursos humanos já estão elaborando um pequeno anedotário dos erros dos candidatos aos estágios e aos empregos e as críticas acontecidas parecem desconhecer os caminhos da preparação profissional que não acontece exclusivamente no ensino superior. A qualidade de ingresso do aluno não parece ser adequada. As IES, por sua vez, não estão sabendo dialogar com o mercado de forma objetiva e prática. Há IES que temem conversar abertamente com o mercado,

mesmo sabendo que o glossário utilizado pelas IES é diferente do dialeto empregado pelo mercado, o que exige das IES um aprendizado repassado de paciência e de disponibilidade de compreensão. Há que haver um tempo de reconhecimento e de efetivo relacionamento entre o mercado e a IES e quanto mais curto for esse tempo melhor para ambos. Implica dizer que a IES deve evitar praticar a Lei de Lavoisier Pedagógica do “nada se perde, nada se cria e tudo se copia” nos projetos de cursos e de disciplinas, de tal maneira que dirigentes e professores mergulhem no conhecimento das amplas necessidades do mercado. Outra coisa que nem sempre se mostra eficaz é a guerra de preços entre as IES. Não percebo, entretanto, que o uso de preços pouco elevados nos cursos de EAD signifique maior atrativo perante o mercado, posto que estudar à distância exige, com certeza, mais sentido de disciplina e rotina na aprendizagem. O ensino a distância implica em muito maior esforço de parte do alunado;

- Certamente o cliente (discente) é o terceiro aspecto que determina a pequenez da IES e as dificuldades da sua sustentabilidade. Nos últimos tempos temos constatado que o famoso fenômeno da “repescagem”, antes privativo das IES particulares, hoje já acontece também nas instituições dos Poderes Públicos e em cursos considerados de primeira linha como Medicina e Direito. Os concursos vestibulares, antes endeusados por algumas instituições públicas, estão cedendo terreno com a substituição de tais concursos pelo Enem. O aluno hoje em dia percebe a existência das múltiplas opções que tem

diante de si, tanto que arrisca o ingresso em diversas instituições simultaneamente para depois contar com o direito de escolha. De algum modo já leva em conta as informações dispostas pelo MEC. As preocupações com a aprendizagem dos alunos também não parece decorrer de firmes princípios estabelecidos. Por outro lado os discentes nem sempre percebem na vida prática do mundo do trabalho, dos resultados alcançados pelos estudos realizados.

- Chego, enfim, à questão tão usualmente conhecida dos percalços da gestão das IES. Custa a acreditar que as questões da gestão resultem exclusivamente da profissionalização da mesma. Alardeia-se muito a esse respeito, mas, na essência, parece que a única coisa boa é gastar menos do que recebem as IES e recolher mais, numa contabilidade muito própria dos nossos ancestrais descobridores. Noto que algumas IES, que baseiam a busca de seu alunado na mídia conseguem resultados quase imediatos, mas de pouca duração. Os professores dessas IES não se sentem muito honrados em emprestar seus conhecimentos entusiasmados nas mesmas. A relação pessoal acaba pouco favorecida, embora o desempenho contábil das IES seja robusto e cobiçador. Falar em ensino personalizado em algumas IES é pecado capital. Elas são carentes de amor e terminados os cursos pouco sobra de lembranças dos tempos de ensino superior.

Não me julguem na contramão da realidade e nem me tomem como um saudosista que faz vista grossa às mudanças. *Panta Rei*. Talvez eu precise concluir minha participação com o enunciado de algumas

crenças e dicas pessoais que possibilitarão as nossas reflexões nos grupos que serão formados:

Com relação ao Ministério da Educação (MEC):

- Nunca pergunte nada ao MEC. A resposta será sempre negativa. Diga ao MEC que vai proceder com lisura e equilíbrio e faça;
- Aplique na sua IES os formulários de avaliação governamental disponíveis na Internet e conclua como deve ser o resultado da avaliação externa, realizada pelo MEC. Você saberá como dialogar com os avaliadores se assim proceder. Será ação consciente;
- Esteja sempre atento aos rumores governamentais, frequentando sistematicamente as reuniões da ABMES. A informação domina o mundo;
- Construa com seu trabalho uma corrente de fortalecimento da ABMES perante o Governo Federal. Uma ABMES forte terá sempre peso maior perante o Governo.

Com relação ao mercado

- Constitua conselhos de empresários na sua IES, com reuniões semestrais, para discutirem os rumos a serem adotados pela IES. Eles poderão lhe ajudar na política de crescimento e desenvolvimento;
- Realize estudos e pesquisas com seus professores, sobre como aperfeiçoar o trabalho das instituições da comunidade. Estudos e pesquisas sempre são divulgados pela mídia;

- Desenvolva nas empresas ciclos de debates empresariais com a participação de alunos e professores. Isso é um procedimento que marca;
- Lembre-se que a mídia só se interessa por fatos e não adianta reclamar disso;
- Crie certames empresariais e culturais que sejam sediados na IES. A mídia gosta muito;
- Integre o empresariado no bojo do ensino ministrado na IES;
- Integre empresários na ministração das disciplinas dos cursos ofertados.

Com relação aos clientes (alunado)

- Aperfeiçoe o seu *site*. O “candidato” hoje domina o meio virtual;
- Integre, efetivamente, corpo docente e corpo discente. É fundamental a amizade e o relacionamento eficaz;
- Atue sempre no pouso e na decolagem dos alunos. Neles pulsa a IES;
- Preocupe-se com o planejamento do ensino e com o acompanhamento do mesmo. O mais importante é o que o aluno aprende e não o que se pensa haver ensinado;
- Aperfeiçoe o atendimento em todos os setores da IES.

Com relação à gestão (se tudo isso não é gestão?)

- Promessas são para serem cumpridas. Não prometa mais do que pode;
- Envolve seus colaboradores nos estudos para busca da demanda;
- Envolve seus colaboradores na busca de enlaces institucionais, geradores de novas receitas para além das mensalidades; Lembre-se que não há liderança sem presença como marca da IES;
- Personalize o que puder, ou seja, customize tudo;
- O controle é importante, mas o relacionamento é o que constrói.

Visão crítica da trajetória da IES: desafios e propostas

Célia Christina Silva Carvalho¹

Cumprimentamos os componentes da mesa na pessoa do professor Gabriel Mario Rodrigues e da professora Cecília Horta. Cumprimentamos também os colegas aqui presentes e os palestrantes. Agradecemos não só o convite mas, sobretudo, a oportunidade que a ABMES concede a todos nós que atuamos nas pequenas e médias IES. (PMIES)

Desse modo, expondo nosso cenário, desejamos somar esforços na busca de alternativas para sobrevivermos às adversidades que nos são (im)postas.

As pequenas e médias IES enfrentam um brutal desafio, embora representem cerca de 70% de Instituições que atendem à demanda do Ensino Superior no Brasil, cuidando de interiorizar esse acesso, e cumprindo relevante papel social, especialmente nos municípios marcados por tantas diversidades nos espaços menos privilegiados situados nas Regiões Norte e Nordeste.

¹ Diretora acadêmica da Faculdade Nobre. diretoria.academica@gruponobre.net

Ainda que venham assumindo com responsabilidade e qualidade o trabalho de formação superior, manter uma Faculdade no interior de um estado nordestino, encarando as assimetrias regionais, por si só já retrata uma série de diferenciais que discriminam as instituições e que implicam envidar de esforços sempre adicionais para sobreviver a esse processo.

A exemplo, temos o da nossa Faculdade Nobre de Feira de Santana (FAN), do Estado da Bahia, que representa o comprometimento com a busca permanente da excelência e da sobrevivência acadêmica.

Os desafios estão postos para nós e para uma grande quantidade de faculdades que estão espalhadas no Norte, no Nordeste e algumas no Centro-Oeste do país onde as oportunidades são visivelmente melhores por questões históricas e as ameaças são expressivamente maiores pelas mesmas questões históricas. Os desafios são presentes... são prementes!

Sem entrar nos dados específicos de “ameaças”; “oportunidades”; “pontos fortes” e “pontos fracos”; apresentaremos alguns aspectos de desafios e sugestões que consideramos devam ser partilhados e refletidos, de forma conjunta nesse Seminário. Queremos destacar que, ao ler a o texto preparado pelo professor Édson, consideramos que o seu conteúdo bastaria para uma reflexão conjunta de todos nós. Ele nos dá uma contribuição riquíssima ao referir-se aos aspectos desafiadores enfrentados pelas PMIES. Professor Édson, muito obrigada!

É evidente a concorrência desigual com grupos poderosos advindos de contextos distantes, contrastante com a nossa característica de

ser genuinamente baianos e feirenses, representando um grupo de sede própria, cujo mantenedor é professor, empreendedor e vem demonstrando que gestão em educação também pode dar certo, mantendo-se, assim, resistente ao assédio permanente para que a FAN passe a compor mais um grande grupo.

Precisamos sobreviver a esse assédio. Mais ainda, buscamos cumprir os mesmos indicadores que são unanimemente exigidos nos modelos avaliativos externos para que as PMIES deem conta tanto quanto os grupos maiores que têm poder de negociação, de acesso ao MEC/INEP, de reconhecimento em caráter nacional e que faz com que tenhamos de nos superar para garantir os percentuais dos índices estabelecidos igualitariamente.

Nossa credibilidade é regional, é local, e nos dá um retorno em reconhecimento e valorização nesse processo. Ninguém atende tão bem à formação demandante como essas PMIES porque conhecem e interagem com os problemas locais e regionais. Nesse contexto, são imbatíveis. Entretanto, no cenário como um todo, vivenciamos os problemas de concorrência com os grandes grupos e com a expansão da Educação a Distância (EaD).

Destaque-se que absolutamente nada temos contra a modalidade EaD, a qual reconhecemos e entendemos como uma importante solução de acesso para situações de distância e de condições pouco favoráveis em que a ela viabiliza, sim, esse ensino superior. Mas não há como comparar os esforços de investimentos permanentes de uma instituição que oferece cursos presenciais para se manter, com a oferta de EaD pelos grandes grupos. Então, o primeiro maior desafio é este sobre o qual gostaríamos de chamar à reflexão: como

garantir a sobrevivência das PMIES frente aos atuais confrontos e contrastes de condições favoráveis às grandes IES?

Outro desafio é a manutenção de baixas mensalidades compatíveis com a realidade socioeconômica local, regional, e incompatíveis com os grandes investimentos permanentemente feitos sob garantia da sustentabilidade econômica do grupo mantenedor. Constitui-se um grande desafio de gestão, constatando, inclusive, que as mensalidades praticadas pela nossa faculdade – embora possamos nos classificar como uma instituição de porte médio por termos cerca de 3.000 alunos – estão abaixo das praticadas pelas faculdades de pequeno porte do interior de São Paulo. Mas temos que atender nossa demanda e garantir mensalidades menores, mesmo com o elevado número de investimentos para que a qualidade de ensino seja mantida e os resultados dos processos de avaliação interna e externa se façam efetivos.

O outro desafio brutal são os impactos dos processos de regulação e de avaliação externa. Como é que as PMIES podem dar conta dos mesmos índices, dos mesmos indicadores, das mesmas exigências que universidades federais centenárias dão, que os grandes grupos particulares atendem? Como não considerar suas características de porte e de situações socioeconômicas completamente adversas? Se somos um país desigual, precisamos dispor de instrumentos avaliativos apropriados para atender às diversidades regionais. A avaliação de Cursos (para atos de autorização ou de reconhecimento) assim como a avaliação Institucional (nos

recredenciamentos) constitui-se no grande desafio que se inicia pelos percentuais exigidos para docentes doutores e mestres numa cidade do interior de regiões como a nossa. Os professores com tais titulações, como bem demonstram as pesquisas, estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste.

Desse modo, impõe-se, muitas vezes, selecionar e bancar docentes da capital, com custos adicionais de deslocamento.

Essa e outras exigências vêm sendo atendidas, sob condições de muito esforço e determinação, visando a cumprir o estabelecido. A prática de transformar as fraquezas em forças, as ameaças em oportunidades tem sido a tônica dessa caminhada... e essa merece melhor reconhecimento.

Sem dúvida que conquistar maior credibilidade é um desejo constante das nossas faculdades – das nossas heroicas faculdades – junto aos órgãos reguladores e avaliadores. Observamos um olhar sempre mais apurado, porém de menos confiança, quando recebemos as Comissões de Avaliação, cujos membros não deixam escapar aquele sentimento de que estamos – desculpem a expressão – armando, encenando. Na verdade, penso que a garantia de nossa permanência e sobrevivência respeitada na região é exatamente o fato de sermos reconhecidos não como encenadores de condições, mas como efetivos detentores de condições objetivas, de capacidade instalada, correspondendo a essa credibilidade. Sentimos a necessidade de que ela seja conquistada e real também no olhar de quem nos visita para avaliações externas.

Ainda dentro desse contexto avaliativo, cremos não sermos os únicos a sofrer com a questão recorrente do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Na Faculdade Nobre, cerca de 60% de alunos da graduação são do entorno, da Região Metropolitana que atendemos. Por ocasião do Enade, sempre em novembro, quando muitos ainda estão envolvidos com as apresentações de TCCs, eles se deslocam, num ensolarado domingo, de mais de 50 municípios que nos circundam, para fazerem a prova do Enade, que é aplicada em escolas públicas baianas lamentavelmente sucateadas: carteiras desconfortáveis (quando não estão quebradas); sem ventiladores para abrandar a alta temperatura de média de 40 graus, no horário local de 12 horas (horário de BSB, 13 horas) sem água potável, sem o conforto que os abriga no cotidiano da FAN. Não se pode exigir o impossível dos nossos alunos em questão de desempenho. Muitas vezes, é fatal o resultado, lamentavelmente fatal, e tal resultado acaba sendo exatamente um percentual de expressiva contabilidade dentro dos indicadores, com prejuízos para o IGC da faculdade.

E não se pode desconhecer também outro fator agravante: por melhor que seja o aluno, ele não se sente comprometido com a nota dessa prova que pouco interfere no seu histórico. Muitos de nós devemos ouvir essa mesma pergunta: “Por que iria me submeter a ficar mais tempo naquele sol escaldante em condições subumanas?” Os alunos saem do conforto das salas da nossa faculdade equipadas com ar-condicionado, cadeiras acolchoadas, bebedouros e sanitários de qualidade para um ambiente absolutamente inadequado, comprometendo as possibilidades de efetivas manifestações de conhecimento das competências

e habilidades pretendidas, resultando em gerar para nós um desastroso indicador Índice Geral de Cursos [IGC], que (im)põe situações limites até para cumprir o estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) quanto às metas de expansão de vagas e de cursos.

Temos necessidade de atender às múltiplas demandas sociais e regionais. Os dados estatísticos indicam uma demanda contida – na faixa etária de 18 a 24 anos, mais de 65% não tem acesso ao ensino superior. Estamos tentando contribuir com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), dando conta dessa demanda, mas nos faltam autonomia e agilidade frente às sanções impostas em um ciclo desse IGC, tendo em vista, sobretudo, os resultados do Enade 2010 (os primeiros negativos da IES), a pouca informação sobre como reorganizar/atualizar os dados do Censo anual. Além disso, existe a situação do curso pendente, desde 2008, aguardando providências “cêleres” do MEC, para o qual os alunos não têm direito ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Todos os senhores sabem a busca do alunado por esse programa e o quanto ele representa para sobrevivência das faculdades.

A manutenção do IGC insatisfatório em um ciclo de 3 anos é, portanto, um gargalo absurdamente penalizante para as nossas IES: ficam impedidas de cumprir seu PDI, pois não podem aumentar vagas, implantar cursos e vão perdendo o *timing*, ainda que as demandas pontuais estejam crescentes. Essa é a nossa realidade desafiadora!

Contrastam muito nossas condições objetivas com as imposições de penalidades que o sistema estabelece...

Nesses onze anos de existência da nossa faculdade – em cujo processo somos ainda uma criança – contando com 10 cursos de graduação e 8 de pós-graduação, registramos uma trajetória de gestão acadêmica para conseguir a grande virada de 2010 a 2013. Tal processo se define com base nos procedimentos adotados, dentre os quais se destacam:

- em 2010 tínhamos 24 professores *stricto sensu*; hoje dispomos de 84%. Selecionamos e contratamos uma média de 15% de professores mestres e doutores “importados” da nossa capital;
- no que se refere ao regime docente, temos hoje 80% com dedicação parcial ou integral. Este é um fato que queremos partilhar com os senhores como forma de estimular as PMIES que, como nós, sobrevivem a esse contexto;
- ainda em relação aos professores, a política de atendimento e de capacitação é bem implementada. Nossos professores passam semestralmente por permanente formação. Para tanto, implantamos o Núcleo de Formação Continuada (Nufor); os doutores dispõem de gabinetes docentes com cinco estandes (tudo informatizado para dar estímulo também aos que têm regime integral); existem convênios com Universidades Públicas, bancando subsídios para reserva de vagas em Mestrados para nossos docentes especialistas, incentivos para participação em eventos científicos, dentre outros benefícios;
- comprometidos com o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, a FAN implantou o Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão (Nupex),

por meio do qual vem fomentando entre docentes e discentes o desenvolvimento de atividades extensionistas e de iniciação científica, vinculadas ao ensino;

- conseguimos, a partir do Nepex, ampliar ou desenvolver, nos diversos cursos, 55 projetos de extensão, cumprindo a responsabilidade social a partir de muitos deles;
- neste Núcleo se realizam ainda 15 projetos de iniciação científica com autofinanciamento, porque não obtivemos, até o momento, abertura nos órgãos de fomento para financiar nenhum deles;
- dobramos o percentual da aprovação nacional no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) dos nossos alunos. Conquistamos a nota superior a 4 no Reconhecimento do curso, o que não é fácil para uma faculdade de pequeno e médio porte ter um curso de Direito tão bem reconhecido. O selo de qualidade recomendado também como 5 pela OAB nacional é outro diferencial conquistado;
- houve mais investimentos institucionais na infraestrutura física, técnica e tecnológica, no acervo bibliográfico, no processo de acessibilidade plena (exige-se 100% nas nossas particulares); na ampliação de laboratórios de informática; nas praças de convivência; no *site* e criação do Portal do Aluno nos procedimentos seletivos para qualificação docente; nos projetos pedagógicos dos cursos; na oferta de programas de bolsas de incentivo à iniciação científica e extensão;

- na Política de publicação e editoração, cuidou-se da elaboração de um manual de publicações técnico-científicas, da Revista Jurídica e da Revista Acadêmica da FAN;

Nesse cenário, obtivemos seis cursos reconhecidos ou com renovação de reconhecimento em 2012! Esse foi o nosso ato mais heroico e não podemos descrever para os senhores o que significou caminhar para essa conquista de cada um deles, em um único ano, a maioria com nota acima de 4.

Mesmo nesse clima de batalhas e vitórias, pelo modelo avaliativo imposto, só se prevê mudar esse IGC insatisfatório em 2014. Nenhum desses esforços durante esses três anos parece nos devolver nada de positivo nos registros do IGC, a não ser a manutenção do esforço.

Deixamos, ao final da nossa apresentação, algumas sugestões para que possamos juntos fortalecer e valorizar as nossas instituições, que merecem um justo e merecido reconhecimento e que precisam continuar sobrevivendo:

- instrumentos avaliativos compatíveis com as assimetrias regionais das PMIES;
- composição de segmentos associativos específicos para essas IES, dentro da própria ABMES;
- valorização dos investimentos em infraestrutura física, técnica e tecnológica nos processos avaliativos;

- revisão dos indicadores de avaliação CPC, IGC, a partir de outros procedimentos alternativos;
- identificação da expressiva influência das PMIES nos impactos socioeconômicos locais e regionais, contribuindo como fator estratégico de desenvolvimento;
- legitimação de nossas demandas diante do Ministério da Educação (MEC) pelos órgãos de fomento; e, enfim,
- reconhecimento do nosso papel social que garante a integralização e a interiorização da Educação Superior no Brasil com qualidade e pertinência.

Agradecendo a atenção de todos, desejamos sair desse Seminário com novas perspectivas capazes de fazer com que essa sobrevivência das PMIES deixe de ser tão heróica e passe a ser mais reconhecida no cumprimento de sua missão, respeitada nas suas diversidades e recompensada com justos processos avaliativos.

Muito Obrigada!

Visão crítica da trajetória da IES: forças, fraquezas, ameaças e oportunidades

Zita Pires¹

Nossas saudações ao presidente da ABMES, professor Gabriel, cumprimentos extensivos a toda mesa. Senhores e senhoras, bom dia.

Inicialmente gostaríamos de agradecer à ABMES a iniciativa e o espaço que concede às pequenas e médias IES, compartilhando das nossas dificuldades, dos nossos desafios e até mesmo das nossas esperanças. Nós acreditamos na força da ABMES, que acena para a possibilidade de sermos vistos e tratados como realmente somos, pequenos, distantes dos grandes centros, carentes de recursos humanos, carentes de nível de renda, carentes de muita coisa, porém assim como as demais IES privadas, parceiros na missão de contribuir para o país, trabalhando pela educação.

Vimos aqui hoje representando a Mantenedora Cesur – Centro de Ensino Superior de Rubiataba. Estão aqui conosco o Presidente da Mantenedora e o Diretor de uma de nossas IES.

¹ Diretora Acadêmica da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba. zitapires@facer.edu.br

Queremos agradecer o convite que nos foi feito pela professora Cecília Horta e dizer que é com muita alegria que aceitamos o convite e que viemos aqui para falar um pouquinho da nossa história.

Para manter os 15 minutos determinados, estabelecemos a nossa fala da seguinte forma: Primeiro quem somos, quem é a Mantenedora Cesur. Somos um grupo atípico e vou lembrar aqui o Bispo D. José Carlos de Oliveira, idealizador e líder do nosso grupo. Ele dizia o seguinte: “Somos forças vivas locais”. Não éramos empresários da educação e nem pensávamos ganhar dinheiro. Mas resolvemos nos organizar – inicialmente em forma de cooperativa e depois em sociedade por cotas, com o objetivo primordial de oferecer ensino superior aos estudantes da região que não podiam ir para as universidades dos grandes centros em busca de estudos.

Naquela época, em 1998, tínhamos, em um raio de 150 a 200 quilômetros, apenas alguns cursos de licenciatura na região. Em 1998, com autorização de funcionamento de dois cursos na Facer Rubiataba, iniciamos as nossas atividades. Hoje, o Cesur mantém três unidades na região, sendo que duas em funcionamento: a Facer de Rubiataba e a Facer de Ceres. A outra, que é a Facer de Jaraguá, está em fase de credenciamento, aguardando há mais de um ano e meio a avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais – Inep/MEC.

A Facer Rubiataba, que iniciou suas atividades em 1998, está funcionando hoje com os cursos de Direito e Administração. Eu esqueci de dizer que também estamos presentes em uma região do interior de Goiás, mais precisamente no centro-norte goiano,

denominada Vale São Patrício, onde atendemos a uma população aproximada de 200 mil habitantes, oriunda de 22 cidades do Vale São Patrício e mais algumas do Vale Araguaia e temos em torno de 650 alunos nessa unidade, que já ofereceu além dos atuais, outros cursos de graduação, que foram desativados por falta de demanda. Foram cursos de licenciatura em Filosofia e História, curso de Turismo e Tecnólogos. Hoje, a IES oferece apenas os dois últimos cursos e já atendeu a mais de mil egressos. Agora, na modalidade Educação a Distância (EAD) somos polo de cursos em parceria com a Unopar. Na pós-graduação, a IES oferece *lato sensu* nas áreas de Direito, Administração e Educação.

Citamos agora a Facer – Faculdade de Ceres, cidade bem próxima a Rubiataba. Ela oferece não só, mas prioritariamente, cursos na área de saúde, atendendo a uma necessidade local, porque Ceres é uma cidade-referência na área de saúde no Vale São Patrício. A Facer-Ceres oferece o curso de Farmácia, Enfermagem e Administração, e conta com 588 alunos. Oferece também cursos de pós-graduação *lato sensu* nas áreas de Administração, Direito e Saúde. A Faculdade de Jaraguá, repito, está em fase de credenciamento, esperando avaliação do Inep e, embora tenha atendido a todos os requisitos exigidos, inclusive taxas pagas desde o início de 2012, ainda não recebeu a comissão de avaliadores do MEC. Para essa unidade, foram solicitados cursos de Engenharia Civil, Administração e um curso de Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Com este relato os senhores passaram a nos conhecer um pouquinho. Agora, precisamos dizer que convivemos com muitas dificuldades e para tanto elencamos aqui inúmeras delas.

A primeira é a pequena demanda de alunos em condições financeiras de arcar com as mensalidades porque, embora a população regional não seja tão pequena, é baixo o nível de renda da maioria das famílias e baixa também a oferta de emprego para esses jovens. Ademais, há falta de infraestrutura local e regional. Os alunos que saem de tantas cidades distantes sofrem muito até chegarem às salas de aula. As estradas que dão acesso às faculdades, embora asfaltadas, em sua grande parte, estão cheias de buracos, há determinadas regiões em que estão quase intransitáveis, obrigando os alunos a utilizarem caminhos com o dobro de distância. E se são de terra, com as chuvas, se transformam em atoleiros. Até mesmo a água que serve aos alunos e às IES nos traz transtornos pelas faltas constantes; tivemos que fazer poços artesianos em todas as IES.

A energia também falta constantemente. Dificuldades também no transporte diário dos alunos dessas cidades para as IES, porque fica dispendioso para eles arcarem com tais despesas além das mensalidades. E quando conseguem ajuda dos prefeitos para esse transporte, os ônibus oferecidos, muitos deles, são velhos, sucateados, apresentando perigo aos passageiros. Porém, a maior dificuldade que enfrentamos é realmente a falta de investimentos na educação básica dos nossos alunos egressos do ensino médio público.

Há falta de base na formação acadêmica dos alunos ingressantes e esse descompasso entre a educação básica e o ensino superior traz graves problemas na formação superior desejada, problema que no Brasil todos nós vivenciamos, mas é mais forte em regiões como a

nossa no interior de Goiás. O perfil dos nossos alunos é o do aluno trabalhador, aquele que vem de escola pública, que precisa trabalhar o dia todo e estudar à noite, por isso, embora precise muito, ele não tem tempo e não pode se dedicar aos estudos.

Outra grande dificuldade é a de contratar docentes com o perfil necessário para o ensino superior. Não me refiro somente aos mestres e doutores, que também faltam em nossa região (às vezes, com sacrifício, a gente até consegue contratar alguns poucos, vindos dos grandes centros, como Goiânia e São Paulo), mas nos faltam professores para as necessidades docentes do dia a dia. Por isso, os professores das nossas IES, na sua maioria, vêm de Goiânia e precisam de ajuda das IES para transporte, alimentação, acomodação. Fez-se necessário, então, criar a Casa do Professor para acolher todos os professores que precisam de pernoite, ou porque estão cansados, ou porque precisam ficar na cidade. Foi a forma que encontramos para driblar um pouco as grandes dificuldades que temos em relação à aquisição do nosso corpo docente.

Enfrentamos dificuldades para cumprir as exigências do MEC com relação ao número de mestres e doutores é a falta de oferta de cursos de mestrado e doutorado na região. Como são cursos caros fica financeiramente inviável para os professores locais buscarem os referidos cursos fora do estado. Precisariam de bolsas de estudo, mas bolsas públicas não conseguem, pois são prioritariamente destinadas aos professores das instituições públicas. As IES oferecem bolsas, mas são insuficientes para cobrir as exigências legais. Outra dificuldade que gostaríamos de mencionar, se não é

uma dificuldade de todos é da maioria de nós, qual seja a divulgação nos meios midiáticos do resultado dos indicadores preliminares, que não consideram avaliação externa nem fechamento do ciclo avaliativo; isso tem trazido sérios transtornos a todos nós.

Depois da apresentação de tantos problemas, os Senhores poderiam perguntar: como é que essas IES sobrevivem com tantas dificuldades? Mas temos também pontos fortes. Por exemplo, a determinação de contribuir com a formação superior dos nossos alunos de baixo poder aquisitivo, missão primeira da mantenedora; o reconhecimento da própria academia e da comunidade tem sido nossa força, o ponto forte de todo trabalho realizado. Se eles não estudam em uma faculdade de excelência nos grandes centros, pelo menos estudam em uma faculdade reconhecida como de boa qualidade e com grande contribuição no desenvolvimento econômico e social da região.

Outro item que cabe destaque em nossas instituições é o número de alunos bolsistas; a maioria dos nossos alunos recebe algum tipo de bolsa de estudo, hoje eles são 85% , e são bolsas da própria instituição, bolsas universitárias do estado de Goiás, bolsas das prefeituras municipais, além do Fies. Há ainda um importante trabalho de sensibilização junto aos prefeitos da região para a criação de bolsas municipais, pois elas representam a sobrevivência dos alunos e também das IES.

Também não podemos esquecer das estruturas físicas de todas as nossas IES, que são próprias , modernas, e sempre muito bem cuidadas.

Queremos falar agora de algumas estratégias de sobrevivência, diante de tantas dificuldades apresentadas, que têm nos ajudado muito. A primeira delas é ouvir a comunidade e só abrir cursos de graduação que responda à necessidade local. Nesse sentido, os nossos cursos chegam como respostas às dificuldades que a própria comunidade apontou. Outra estratégia é trabalhar o nivelamento, principalmente em português e matemática, com os alunos que demonstram dificuldade na aprendizagem, considerando suas dificuldades individuais. Para os que não podem vir para a IES porque são alunos trabalhadores, ou por dificuldades no transporte, criamos condições para que façam esse nivelamento nas suas próprias cidades, até nos finais de semana com os colegas da mesma cidade, selecionados pela IES para a função de tutores.

Não podemos deixar de considerar e concordar que o Enade é uma dificuldade para todas as Instituições e que muitos pontos precisam ser reavaliados. Em nossas IES foram criadas comissões para acompanhamento das questões do Enade, com vistas a melhorar o desenvolvimento e o desempenho do aluno no seu dia a dia. Vem sendo feito um trabalho que muitas Instituições também já fazem: a prova unificada, que é uma orientação aos professores para elaboração de provas com estrutura semelhante às provas aplicadas pelo Enade, motivação para mais leitura e produção. Outra estratégia é trazer as IES para perto da comunidade, visitando as escolas de ensino fundamental e médio, os alunos de ensino médio, ministrando palestras, esclarecendo dúvidas.

O Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito atua em pequenas causas; os cursos de Farmácia e de Enfermagem, desenvolvem muitas atividades de extensão voltadas para a comunidade.

Estamos sempre presentes, participando como parceiros nos principais eventos locais e regionais. Como falamos, há uma busca constante para o aumento de bolsas de estudos e instrumentos de financiamento para os alunos por meio do Fies , assim como a busca de bolsas municipais e ajuda para os transportes junto aos prefeitos da região e também aos empresários, para abertura de vagas para estágios.

Finalizamos, dizendo que teríamos ainda uma lista de esperanças a serem apresentadas mas, observando o tempo que nos foi dado, encerramos nossa fala dizendo que entendemos ser muito importante refletirmos sobre a qualidade acadêmica dentro das nossas IES, mas também esperamos que as pequenas IES privadas, com a força que a ABMES possui e nos transmite, possam participar do processo de formação das políticas de regulação e de avaliação para que tenhamos condições de criar estratégias, oportunidades, que valorizem as IES no seu contexto, na sua regionalização, na sua cultura.

Essa foi a pequena contribuição da mantenedora Cesur, para a iniciativa grandiosa e relevante da ABMES.

Obrigada a todos.

Visão crítica da trajetória da IES: forças, fraquezas, ameaças e oportunidades

Marcos Antonio de Lima¹

Bom dia a todos, professor Gabriel, membros da mesa, é com muita satisfação que participo deste evento, parablenizo a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES) pela iniciativa, na pessoa do professor Gabriel, agradeço imensamente a possibilidade de estar aqui conversando e passando um pouco das nossas experiências e das nossas dificuldades do dia a dia.

Antes de começar a apresentação, gostaria de mostrar um slide, slide básico do banco de imagens do PowerPoint, não tem nada de especial, mas traduz coisas interessantes: a gente pode enxergar vários cenários a partir de uma mesma imagem; pode olhar para essa imagem e ver um aspecto sombrio, difícil ou pode enxergar

¹ Diretor e mantenedor da Faculdade de Tecnologia de Piracicaba.
marcos@fateppiracicaba.edu.br

Esta apresentação trata das características das pequenas e médias instituições de ensino superior (PMIES) em relação ao processo de avaliação e regulação do MEC, destacando e relatando as experiências e dificuldades que a Faculdade de Tecnologia de Piracicaba tem enfrentado para se manter competitiva no mercado e bem avaliada por esse sistema. (Nota do autor).

uma coisa mais clara, um nascer, um pôr do sol, uma coisa mais alegre. Eu acho que as faculdades pequenas e médias passam muito por esse momento: de acordo com o nosso olhar, podemos ser otimistas ou não.

Eu prefiro ser otimista, não o otimista ingênuo – aquele que diz vai dar certo, vai dar certo – mas o otimista que acredita nas mudanças, que acredita que podemos fazer as coisas serem diferentes. Esse *workshop* é bem nessa linha, vamos conversar, discutir e ver que as coisas podem ser diferentes e fazer com que as coisas sejam diferentes.

Vou falar um pouquinho da Faculdade de Tecnologia de Piracicaba (Fatep). Ela foi criada em 2007 a partir da identificação de que a cidade de Piracicaba não possuía cursos de tecnologia. Na década de 1980 houve algumas experiências, mas com o declínio, os cursos de tecnologia foram extintos e ninguém mais ofertou. Nós detectamos essa fatia de mercado, observando que os alunos viajavam para cidades vizinhas para fazer esses cursos. Entramos com o processo e passamos por toda a tramitação, que levou dois anos, e conseguimos em 2007 a autorização e o credenciamento da faculdade. Iniciamos com cinco cursos de Tecnologia: Gestão de Recursos Humanos, Logística, Marketing, Produção Industrial e Produção Sucoalcooleira, que é uma característica da nossa região, pois tem muitas usinas de açúcar e é a indústria de base que dá sustentação a essas usinas.

Temos um espaço físico compartilhado com um colégio, um colégio tradicional da cidade. Temos, hoje, em torno de 750 alunos na

graduação de dois e três anos, 350 alunos na pós-graduação e 70 alunos na Faculdade de Terceira Idade.

A nossa situação é diferente das já apresentadas; somos uma pequena instituição dentro de uma cidade de médio porte, que é Piracicaba, e com concorrentes de grande porte. A cidade é um polo regional com 370 mil habitantes – a região tem em torno de 500 mil – e passa por um momento bastante particular em termos de crescimento, com a instalação da planta da Hyundai e os seus fornecedores, desde setembro do ano passado. Isso fez com que ocorresse uma mudança de cenário bastante grande, uma procura por profissionais qualificados, com a chegada da empresa coreana, e mudou significativamente a cidade.

Piracicaba era uma cidade tradicionalmente focada na indústria canavieira e nas indústrias de base. Em instituições de ensino temos um *campus* da Universidade de São Paulo (USP), um da Universidade de Campinas (Unicamp), a Faculdade de Tecnologia Fundação Paula Sousa (Fatec), o Instituto Federal de Educação, a Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), a Escola de Engenharia de Piracicaba (EEP), que é uma Fundação Municipal, a Faculdade Anhanguera, a Faculdade D. Bosco, e nós da Fatep. Essas presenciais e mais nove polos de Educação a Distância (EAD).

Pois bem, vou contar as dificuldades que passamos, que é basicamente o objetivo do nosso encontro hoje. Primeiramente, houve um aumento significativo da concorrência, quer dizer, entramos em uma determinada fatia de mercado que tinha realmente potencial, os anos de 2007 e 2008 foram um sucesso, a

escola realmente cresceu. A partir dessa constatação, logicamente a concorrência começou a surgir, com a entrada da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), da Anhanguera e da EEP, todos no segmento de tecnologia.

A grande questão está na sequência, ou seja, precisávamos lançar novos cursos para concorrer e continuar inovando, mas por outro lado, a morosidade dos processos de reconhecimento nos impedia. Para se ter uma ideia, o protocolo dos primeiros cursos que são os cursos de dois anos foi feito em junho de 2008 e a portaria de reconhecimento saiu em dezembro de 2011. Ficamos com os processos esperando, esperando, vindo a Brasília, tentando conversar, tentando destravar os processos e nada andava. Os funcionários do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) diziam “você emite o diploma por meio da Portaria 40, não tem problema nenhum”. Certo, para os alunos tínhamos diplomas, mas a grande questão é a sequência, a própria Portaria 40 impedia que entrássemos com novos projetos de cursos, ou seja, não tínhamos 50% dos cursos reconhecidos, e portanto não podíamos entrar com novos processos.

Então a instituição estagnou, tínhamos um plano, um projeto, um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) aprovado que não podíamos dar sequência. Por que não reconheciam os cursos? Não tinham instrumento de avaliação, essa era a alegação do Inep/MEC. Como não tinham instrumento de avaliação não podiam mandar os avaliadores e aí os processos ficaram mais de ano parado, acho que

não deve ter sido só conosco, com certeza muitos de vocês também passaram por problemas semelhantes.

Com o tempo, os cursos de Produção Sucroalcooleira e de Marketing entraram em declínio. Comportamento normal dos cursos de tecnologia, pois não são cursos de característica perene. São cursos que têm ciclos e precisam ser substituídos, e não tínhamos como substituí-los, pois estávamos impedidos de protocolar novos cursos.

Temos um projeto de *campus*, compramos uma área para iniciar a construção, só que o projeto está congelado. A grande característica dos cursos de tecnologia é a flexibilidade, eles precisam atender à demanda regional, mas está sendo totalmente barrada por conta dessa inflexibilidade do sistema regulatório. Este é um dos pontos centrais da questão.

Generalizando um pouco a partir da experiência que temos e de experiências com outras faculdades, as principais dificuldades são: verba publicitária reduzida para competir no mercado, pouca estrutura de marketing, faculdades novas sem tradição, engessamento do portfólio de cursos, concorrência com preços muito baixos, principalmente vindos dos cursos de Educação a Distância (EaD).

Esse é um conjunto das dificuldades que as pequenas e médias faculdades certamente enfrentam. E sua maior dificuldade está relacionada aos critérios. Eles são genéricos, são gerais, os

instrumentos de avaliação mudam a toda hora, quando preparamos uma programação tentando seguir determinada linha aparece lá um “kinder ovo” com novo instrumento de avaliação, e temos que nos adaptar rapidamente.

Os critérios gerais são focados nas grandes instituições de ensino superior (IES) e principalmente nas públicas. A avaliação centrada nos indicadores – Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC) – tem um grande componente do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), que é altamente discutível como já foi dito, pois o aluno não tem compromisso com o seu desempenho, por isso pode ser um indicador e não deve ser um elemento punitivo nas instituições, como tem sido.

Dificuldades para equilíbrio operacional, necessidade de toda estrutura, secretaria acadêmica, biblioteca, laboratórios, regime de dedicação, núcleo docente, Comissão Própria de Avaliação (CPA), titulação, carreira, tudo isso junto faz com que as IES tenham realmente uma dificuldade bastante grande em manter o equilíbrio operacional e manter uma estrutura adequada. Como conciliar tudo isso – competir no mercado, ter uma boa avaliação e ter um equilíbrio operacional?

Dentro das possibilidades, o que todo mundo está fazendo é manter o equilíbrio entre as exigências legais e o projeto educacional das faculdades, professores titulados ou professores com experiência de mercado, tempos integrais, parciais ou horistas.

A nossa realidade é um pouco diferente, temos na região professores titulados. A grande questão é como tratamos o curso de tecnologia. Os cursos de tecnologia têm um projeto pedagógico voltado à aplicação prática, portanto não podemos ter somente professores acadêmicos, precisamos ter professores que tenham vivência na sua área de atuação. Quando temos que colocar um professor com titulação por causa dos instrumentos de avaliação, muitas vezes estamos tirando outro professor que tem um rendimento acadêmico muito maior, simplesmente por causa da titulação. Esse equilíbrio é uma das grandes questões que precisamos trabalhar e que não contribui em nada para a qualidade de ensino.

Outra questão diz respeito aos tempos integrais e parciais, muitas vezes precisamos contratar tempos integrais para atender as exigências do MEC. Entretanto, nas pequenas e médias instituições de ensino não temos um número de aulas suficiente dentro da área de conhecimento dos professores de tempo integral para oferecer. Esse professor vai dar aula sobre algo que não tem experiência profissional para dar, vai preparar aulas apenas teoricamente, pois as instituições não possuem 20 aulas da mesma área para este professor. O que provocamos fazendo isso? Baixamos a qualidade do ensino. Então, quando nós das Pequenas e Médias Instituições de Ensino Superior (PMIES) falamos que os indicadores das grandes e das públicas precisam ser diferentes, não estamos falando que queremos condições mais fáceis, não estamos defendendo a baixa qualidade de ensino, pelo contrário, estamos defendendo a

qualidade de ensino, que muitas vezes os instrumentos nos obrigam a baixar para que tenhamos um bom conceito.

Tal fato apresentamos com muita tranquilidade, porque a nossa instituição tem tido conceitos muito bons, tanto de reconhecimento como IGC. Só que não é suficiente para nós, não é alguma coisa que realmente satisfaça e esteja contribuindo para qualidade. Os instrumentos de avaliação precisam indicar claramente o caminho para a qualidade de ensino.

Podemos fazer concentrações, fusões, redução operacional, foco na pós-graduação, e tantas outras linhas que podemos seguir para termos sustentabilidade nas PMIES, mas o que todos apontamos como caminho é a regulação e a avaliação que têm que ser necessariamente diferente e diferenciada para cada segmento do ensino superior.

Quando surgiu o Exame Nacional de Cursos (ENC, o Provão) era muito claro e muito nítido no discurso: “o provão é um instrumento de avaliação, não tem caráter punitivo,” é uma orientação para as instituições, assim por diante. E o que virou, hoje? Ele é o grande divisor de águas entre o bem e o mal, é o grande instrumento de punição das instituições.

Como as IES acompanharam e influenciaram tal processo? Minimamente, apenas com alguns retoques em casos de distorções absurdas. Enquanto segmento responsável por mais de 70% dos alunos do ensino superior no Brasil, temos que ter uma participação maior na formação das políticas educacionais.

Temos que ter representatividade nos conselhos superiores do MEC e nas diretrizes educacionais do país. Precisamos mostrar para o MEC que somos comprometidos com a educação e que somos sérios como empreendedores no ensino superior.

Outro ponto importante que merece destaque na luta por sustentabilidade e qualidade no ensino é a dinâmica das políticas educacionais e diretrizes educacionais dadas por portaria. Temos que ter um direcionamento para que as instituições possam fazer um planejamento de médio e longo prazos.

A Reforma Universitária não pode ser feita por portarias; devemos envolver o legislativo nessa questão, já que o poder executivo está atropelando nitidamente o poder legislativo ditando leis, e fornecendo diretrizes de competência do legislativo. Os instrumentos de avaliação, as diretrizes de regulação precisam ser derivadas das grandes linhas das diretrizes da educação, o que não ocorre nos dias de hoje.

As PMIES têm tido muita dificuldade em encontrar seu ponto de viabilidade, pois têm de se adaptar a todo o momento às novas exigências do processo regulatório, prejudicando o seu planejamento e em muitas vezes a qualidade do ensino. As exigências e os critérios que nos são apresentados hoje fazem com que as instituições concentrem os esforços no atendimento às exigências dos processos de regulação e avaliação do MEC que, como são distorcidos, não conduzem a uma melhora da qualidade do ensino.

As PMIES têm uma importância muito grande no processo de democratização do ensino superior no país e portanto precisam ter sua voz ouvida e suas características respeitadas para que continuem e aprimorem a sua missão de educação com qualidade.

Muito obrigado.

Sessão plenária

Mestre de Cerimônias: Sra. Lidyane Lima – Teremos agora a apresentação das conclusões dos trabalhos dos grupos – relatoria – e os debates.

Os trabalhos serão coordenados pelo Professor Gabriel Mario Rodrigues, presidente da ABMES. Compõem a mesa o Professor José Roberto Covac, da Covac Sociedade de Advogados e Assessor Jurídico da ABMES e do Semesp; Professor Édson Franco, do Centro de Estudos Avançados do Pará do Grupo I; Professora Alessandra Sales Fontenele, representante do Grupo II, da Companhia Educacional Rancho Alegre; Professora Tereza Cristina Rodrigues da Cunha, do Instituto Nacional de Ensino Superior e Pós-Graduação Padre Gervásio, do Grupo III; e Professor Eduardo Franco, da Associação Amapaense de Ensino e Cultura, do Grupo IV.

Convido para fazer uso da palavra o Professor Gabriel, que conduzirá os trabalhos.

Sr. Gabriel Mario Rodrigues – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior:

Boa tarde a todos. O Professor Édson tem 15 minutos para expor o tema.

Sr. Édson Franco – Faculdade de Estudos Avançados do Pará:

Constituímos o Grupo I, com a coordenação do Professor José Roberto Covac e vou pedir a ele que me ajude. Fui designado relator, de forma autoritária, pois no grupo só tínhamos eu e o Covac.

Sr. José Roberto Covac – Expertise Educação, Intituto Expertise e Covac Sociedade de Advogados:

Boa tarde!

A primeira pergunta: elenque cinco principais dificuldades que sua IES enfrenta. Como este questionário tem que ser respondido individualmente, partimos na realidade do consenso de algumas respostas. Pedimos que vocês entreguem realmente esse formulário, que para nós é muito importante.

Sr. Édson Franco:

Para essa questão, elencamos cinco problemas. Primeiro: em algumas áreas há dificuldades de encontrar mestres e doutores disponíveis, e, portanto, temos que fazer a importação de regiões mais favorecidas. Segundo: o alto custo dos encargos com a contratação de mestres e doutores no regime de tempo integral para a instituição ter boa avaliação perante o MEC. Terceiro: destacamos a importância da diversificação dos instrumentos de avaliação por região. Os atuais são únicos para o país inteiro. Quarto: temos dificuldades na captação dos alunos. Quinto: convivemos com o baixo nível de alguns alunos egressos do ensino médio, e isso nos leva a uma dificuldade muito grande para a ministração do ensino superior, independentemente da alteração nos critérios de avaliação. Foram esses os principais pontos.

Sr. José Roberto Covac – Associação Amapaense de Ensino e Cultura:

Peço ao representante do Grupo IV que elenque as cinco principais dificuldades regulatórias analisadas nas discussões.

Sr. Eduardo Franco:

Represento o Grupo IV, que reuniu 16 pessoas oriundas de 13 unidades da federação. Acho que é bastante representativo esse grupo em termos de indicações. Na primeira questão posta para gente – a falta de quadro docente qualificado com pós-graduação *stricto sensu* – representa uma dificuldade para a atuação das instituições, principalmente para aqueles que não são de grandes centros. A crescente inadimplência financeira por parte dos alunos; a falta de capital de giro das instituições; a baixa qualidade dos egressos do ensino médio, principalmente nos centros mais afastados das capitais; a falta de marketing das instituições, isso é, as instituições não sabem fazer ou não têm recursos para fazer marketing, são outros problemas graves. E a manutenção da infraestrutura – notadamente no nosso grupo as instituições têm a sua própria infraestrutura predial – pode oferecer vantagens e desvantagens, especialmente nas instituições de pequeno porte e médio porte.

Sra. Tereza Cristina Rodrigues da Cunha – Instituto Nacional de Ensino Superior e Pós-graduação Padre Gervásio:

Em relação à primeira questão – o processo regulatório – precisa haver uma adequação dos instrumentos de avaliação e também pressão política para que se consiga isso. Não adianta nos unirmos sem pressão política. Temos de pensar seriamente nisso.

O outro ponto é o Enade, uma prova absurda, pois o aluno não tem compromisso com a prova, além do fato de fazê-la em ambientes desconfortáveis.

A cultura do brasileiro nunca foi feita para que valorize seu ambiente, sua escola, sua cidade, seu país, ele tem aquela tendência a reclamar. É um hábito do brasileiro. Falta o comprometimento do aluno, quer dizer, ele não tem nota, ele não tem realmente compromisso nenhum com o Enade, e nós somos sacrificados pelo seu resultado.

O perfil do aluno que entra com deficiências do ensino básico: as IES federais pegam os melhores alunos do país, e nós das particulares ficamos com o que sobra. Eles entram nas nossas instituições sem saber escrever, sem saber nada; vêm do ensino fundamental, vêm dos colégios estaduais com nível de ensino muito baixo, e aí temos que fazer milagres com o aluno que nunca estudou na vida e que tem que virar um expert.

Agora sabe-se lá se essa avaliação do Enade também é confiável, visto que no Enem um aluno colocou uma receita de macarrão e tirou nota dez na redação. Até quando a gente pode ser refém de um Enade?

Outra questão é o poder da concorrência: temos os grandes grupos que têm condições de marketing, de realizar grandes trabalhos e as pequenas não têm poder aquisitivo para isso. Um desequilíbrio financeiro, que acontece principalmente no interior do país, é decorrente das baixas mensalidades, considerando que o poder aquisitivo da região é baixo. As instituições do interior do país têm

um custo alto, porque têm que contratar doutores e mestres da capital, de outras regiões, e precisam pagar muito caro. Então estes são os cinco fatores do primeiro item.

Sra. Alessandra Sales Fontenele – Companhia Educacional Rancho Alegre:

Em relação ao primeiro item, o Grupo II foi um pouquinho mais além. Tratamos dos aspectos que os colegas já falaram, mas discutimos a questão de que somos pequenas e médias IES, de que estamos em regiões diferentes do país, e de que temos realidades socioeconômicas e problemas distintos.

Outro fato que foi analisado entre nós é a questão do nosso papel como pequenas e médias IES em termos de estatística e qual é a nossa representatividade. Como o Professor Gabriel nos reportou inicialmente pela manhã, chegamos à conclusão que, para o governo, é o melhor dos mundos, mas para nós, não. Estamos sempre tendo que nos autofinanciar, geralmente usando recursos próprios.

Acreditamos até que algumas IES não são sequer bem vistas pelo governo, quando na realidade o serviço que prestamos a ele, à educação do Brasil e à sociedade brasileira como um todo, representa muito.

Para finalizar, deixo um ponto de interrogação: o que seria do país se resolvessemos por um dia colocar em reforma as nossas faculdades? Quantos alunos deixariam de ter aulas?

Sr. José Roberto Covac:

Professor Édson, segunda pergunta. Elenque as cinco principais dificuldades regulatórias que as IES enfrentam.

Sr. Édson Franco:

Primeiro, o entrave burocrático do próprio sistema, que não facilita a diligência dos processos. Segundo, as diversas mudanças nas regras do jogo quando o jogo já está em andamento. Terceiro, essa dificuldade do não cumprimento de prazo por parte do Ministério da Educação (MEC) quando, por sua vez, exige o cumprimento de prazo por nós. Utilização do CPC e do IGC para unir as instituições e não para ajudá-las na busca da qualidade. E inclusive, o CPC negativo, que impede a utilização do Fies para os alunos que necessitam de financiamento.

Sr. Eduardo Franco:

Também tratamos da questão dos equívocos da política de avaliação. Ninguém é contra a avaliação, mas também ninguém concorda com a forma de utilização e de divulgação dos resultados. Isso é, o que era para ser um exame nacional para todos termos uma medição – talvez daquilo que não possa ser medido pelas diferenças regionais, institucionais, mas uma medição que fosse disponibilizada – acabou transformando-se em uma regra punitiva.

A política de avaliação equivocada se mistura com políticas meramente punitivas. Chegamos até a brincar com um colega do Grupo, de Curitiba, que estamos no caso daquela UTI: se está ruim mata logo, quer dizer, essa que é a questão da política de avaliação

atual. Essa mesma política provoca, como falou o Professor Édson, a falta de crédito às instituições.

Não há política de crédito para as instituições de fato, principalmente para as pequenas e médias instituições. Dependendo dos resultados da avaliação, as instituições são punidas com o corte do Fies, que é o menor financiamento possível. Então, as políticas de crédito que vemos em outros segmentos econômicos, são totalmente ausentes no nosso setor.

A inoperância administrativa do MEC gera não só uma desregulação das instâncias de trabalho – o governo regulando e o nosso atuando – como também uma inconsistência na comunicação das instituições com os seus alunos, com a comunidade.

Comunicamos algo que está previsto e que não acontece, e não é por culpa das instituições – mas as processadas são as instituições, não o MEC – por total falta de diálogo direto com as instituições por parte do MEC. Quer dizer, daqui a pouco vamos ter que usar operadoras de telefonia para falar com o Ministério; e estamos chegando nisso. Disque 7, se você quiser saber quem é o Ministro, disque 9, e assim por diante.

Hoje em dia acabamos recebendo ameaças de alunos quando temos que cobrar uma inadimplência. Atuamos de forma mais restritiva, quer dizer, a política de avaliação acaba sendo uma ameaça para as instituições por parte de alguns alunos, que não entendem o benefício da própria avaliação.

Sra. Tereza Cristina Rodrigues da Cunha:

No Item I, a dificuldade em cumprir o modelo de avaliação e a inadequação dos instrumentos. No II, a morosidade dos processos. No III, a desvalorização da visita *in loco*, em detrimento do CPC e IGP, principalmente o fato de as instituições serem penalizadas durante três anos. A instituição tirou uma nota ruim, chama o MEC, tira uma nota boa e não adianta nada, fica penalizada até a outra avaliação.

A inadequação dos instrumentos de avaliação, que são iguais para todas as instituições em todas as regiões. Por exemplo, há uma faculdade com um curso, com vinte professores, e ter que colocar 70% de tempo integral para fazerem o quê, olhar um para o outro? Diferentemente de uma universidade que tem quinze, vinte cursos, é totalmente absurdo, não faz sentido nenhum o critério. O perfil do corpo docente em relação à titulação e regime, vale da mesma forma para quem está no Nordeste às vezes não tem mestres nem doutores suficientes, não tem condições de manter 40h, 20h bem como o diálogo com o MEC. Queremos destacar que, muitas vezes não conseguimos interpretar muito bem o que pedem e se questionamos, eles não respondem. Por exemplo, entendemos de uma forma a compra de livros para a biblioteca, mas o avaliador tem outra interpretação. Se perguntamos qual é a interpretação correta, o MEC não responde. Tudo que sai da linha da legislação que você não entende, eles também não entendem e também não respondem.

Sra. Alessandra Sales Fontenele:

O Grupo II discutiu também a questão da morosidade dos processos protocolados no MEC, que foi um ponto comum em todos os grupos e que nos deixa em desvantagem em relação às instituições maiores. Um exemplo: no ano passado tínhamos 830 alunos na nossa instituição. Novas instituições chegaram em Fortaleza e hoje temos 400 alunos. Por quê? Há dois anos espero a portaria de reconhecimento de um curso. Então eles dizem: você prefere estudar na faculdade tal? Venha para cá, aqui tal curso já está reconhecido. Essa morosidade acaba atrapalhando muito as pequenas e médias IES.

Estamos aqui como exemplo, já prometemos que não vamos sair de Brasília enquanto não falarmos com o MEC; só sairemos com nossas portarias. acionamos todos os senadores do Ceará, deputado, o que for. E isso icomoda: temos que ter um representante político, temos que pedir favores, temos que fazer politicagem para poder conseguir algo no MEC. Somos altamente cobrados, mas quando vamos exigir um pouquinho, não temos direitos.

E também discutimos a importância de se criar um departamento das pequenas e médias IES para que possamos ter maior representatividade.

Sr. José Roberto Covac:

Professor Édson, cite três forças das IES em relação à concorrência.

Sr. Édson Franco:

Na verdade citamos quatro. A primeira é a procura do relacionamento com a comunidade local. Se houver esse trabalho, a instituição passa a ser uma referência à comunidade. Segundo, a busca da tradição da instituição, ter a sua marca própria, ter a sua identidade junto à comunidade, até a partir da sua infraestrutura disponível. Em terceiro lugar, a busca da empregabilidade dos alunos, que é fundamental. E, por fim, a localização da faculdade. Registramos casos em que faculdades bem localizadas tiveram um índice de demanda muito pequeno, enquanto outras talvez menos importantes, porém mais próximas de onde os alunos moram ou trabalham, tiveram uma demanda maior.

Sr. Eduardo Franco:

No Grupo IV tivemos também um pouco mais de três, mas vamos fazer um síntese. A questão da maior rapidez e efetividade do processo decisório, que é característico da pequena e média IES, leva a uma qualidade maior no atendimento e no relacionamento com a comunidade. A credibilidade das pequenas e médias IES – fundamentada na tradição e no atendimento direto, e na qualidade da infraestrutura dos meios de atendimento disponibilizados nos seus cursos – faz toda a diferença.

Sra. Tereza Cristina Rodrigues da Cunha:

No nosso grupo tratamos das questões: o relacionamento interno e externo, a facilidade de contatar e saber do problema do aluno, a proximidade com a prefeitura, com os políticos da cidade para fazer os trabalhos sociais. A infraestrutura técnica e física – normalmente quando a instituição é muito pequena, ela tenta fazer o melhor

possível da sua estrutura física para poder corresponder. Outro ponto que a minha equipe colocou foi o modelo de gestão. Podemos observar que todos os itens são muito semelhantes, é sinal que nossos problemas são muito latentes, muito iguais e muito reais. Podemos observar isso nos depoimentos de todos nós.

Sra. Alessandra Sales Fontenele:

O Grupo II deixa como ponto forte – relatado por uma participante e que me surpreendeu – que 98% dos alunos escolhem a instituição não pelo trabalho da mídia, mas pela credibilidade que a instituição conquistou ao longo dos anos e pela indicação dos alunos que geralmente é feita boca a boca. O próprio aluno faz a divulgação da instituição de ensino. Um dos pontos fortes, também destacado, foi a questão da marca. Por exemplo, em Fortaleza, o Colégio Farias Brito (tem uma representante no nosso Grupo) alia também a qualidade com a parceria com outras instituições, como é o caso do curso de administração da FGV.

Em relação aos pontos fracos, discutimos a questão do excesso de investimentos na grande quantidade de alunos que recebemos – aquele que estudou no ensino médio do governo e não recebeu um ensino de qualidade. Precisamos investir muito em atividades de nivelamento.

Sr. Édson Franco:

Covac, deixe-me aproveitar uma dica só, é que falamos muito de localização, mas não é só localização em si, é também acesso. Por exemplo, quem montou uma escola com todos os requisitos em

uma área de desenvolvimento da cidade, mas com uma dificuldade de acesso imensa, tem dificuldade também na captação de alunos. Esse é um ponto que necessitamos destacar. No Rio de Janeiro também isso está acontecendo agora, com a extensão do metrô até a Barra da Tijuca. Indicamos como uma das fraquezas, a capacidade financeira dos alunos, a dificuldade, portanto, do pagamento da própria faculdade. Segundo lugar, o ingresso nas nossas instituições do aluno despreparado. Mas, por outro lado, estamos verificando que por conta da inclusão social, as instituições públicas vão ter a mesma situação nossa daqui a um pouquinho de tempo, é só uma questão de esperar. E o tratamento que deve ser dado a nós do “Simples” – se é que existe para as empresas de pequeno porte a adoção do sistema “Simples” – por que não existe para a faculdade de pequeno porte, em que a tributação seja diferenciada em função do porte da própria instituição? Nós reivindicamos isso como sendo um dos pontos que pode ajudar a contornar a fraqueza que hoje temos.

Sr. Eduardo Franco:

A falta de quadro docente qualificado para compor essas instituições, inclusive para que possam eventualmente ofertar programas próprios de cursos lato sensu, a infraestrutura de apoio, quadra, estacionamentos etc., normalmente é deficitária, e há falta de capital para esses investimentos.

Sra. Tereza Cristina Rodrigues da Cunha:

A minha equipe pautou a falta de representatividade das instituições para lutar pelos seus direitos. Aí vai um recado para a ABMES pensar

nisso. Falta de mão de obra especializada, que vai desde o professor até um bibliotecário. Na minha região, por exemplo, não tem bibliotecário, e a mão de obra especializada não tem interesse em fazer doutorado para dar aula. Além da redefinição dos indicadores, principalmente do Enade.

Sra. Alessandra Sales Fontenele:

Um dos pontos que também destacamos foi a desoneração na folha de pagamento. Deixo aqui para a ABMES a questão de tentar batalhar para conseguir algo em relação à melhoria da folha de pagamento, que realmente pesa muito para nossas instituições.

Sr. Édson Franco:

Em relação às três oportunidades de mercado, destaco: Primeiro, ampliar o número de cursos de pós-graduação nas nossas instituições. Segundo, ampliar nossa capacidade de fazer parcerias e enlaces com outras instituições públicas e privadas. E terceiro, utilizar o Fies ilimitado para os nossos alunos.

Sr. Eduardo Franco:

No nosso caso, a localização geográfica foi citada como oportunidade, dependendo da instituição. O pioneirismo de algumas instituições é uma oportunidade, principalmente depois daquele mapa que vimos hoje de manhã. Quando se retira dele as pequenas e médias IES pode-se ver um vazio. Tais IES contribuem para a qualificação de pessoal no nosso mercado de trabalho em qualquer região, oferecem a possibilidade da transferência de saberes, quer dizer, são capazes de promover a interação entre o mercado e a IES.

Sra. Tereza Cristina Rodrigues da Cunha:

A minha equipe destacou o Fies, que é uma oportunidade excelente. Porém, devemos ficar atentos ao seguinte fato: ao abrir 100% do Fies e o governo faz alguma migração igual a que fez com o grupo de 2010, pode tudo sair do ar e vamos ficar sem resposta, sem alguém que possa nos ajudar e, portanto, correremos risco de falir e não haverá recursos.

Meus colegas colocaram também a demanda de alunos que querem fazer curso superior. Nós tivemos uma colega da região de Feira de Santana que coloca como oportunidade as regiões migratórias, como é o caso da Bahia, e um outro colega também colocou a pós-graduação e o trabalho com a população que vem envelhecendo com trabalhos da terceira idade como oportunidades.

Sra. Alessandra Sales Fontenele:

Nós colocamos como oportunidade o Ensino a Distância (EAD), um ramo novo que cresce e se expande. Podemos aproveitar essa oportunidade também para as nossas instituições. E em um bate-papo informal, vimos que aqueles que têm colégio e faculdade sente menos dificuldade do que quem está só propriamente com a faculdade. Talvez esteja aí outra oportunidade. E para concluir, falamos também sobre a localização das IES, onde devem estar localizadas, é prudente que se faça um estudo, e que se verifique se realmente há viabilidade.

Sr. Édson Franco:

Em relação às ameaças de mercado, nós pontuamos três. Primeiro, o baixo número de egressos do ensino médio. Se o ensino médio

não cresce, como o ensino superior terá uma grande demanda? dose isso acontece em muitos municípios, quer dizer, não é uma questão localizada especificamente. Segundo, a ausência total (e de graduação) de autonomia das médias e pequenas instituições. Não existe autonomia em relação às nossas instituições. E, em terceiro, um ponto que foi bastante discutido e que não se chegou a consenso: o uso do ensino a distância. Muitas das faculdades têm muita dificuldade em usar o ensino a distância, não conseguem usá-lo e outras sentem um grande temor pela ameaça das instituições grandes que têm ensino a distância a baixo preço. Então isso dificulta a vida das instituições.

Sr. José Roberto Covac:

Observação interessante, pois no grupo que estávamos, as faculdades não utilizam o semipresencial.

Sr. Eduardo Franco:

Ainda na questão 6, nós também discutimos a falta de controle que acaba culminando com uma concorrência desleal com o oferecimento de EAD desenfreado, quer dizer, pequenas e médias IES têm muita dificuldade em saber usar essa modalidade.

Isso ocorre pela falta de competência instalada, pela falta de participação das instituições nas discussões do seu projeto. As instituições sofrem ainda com a oferta de educação a distância, principalmente por grandes grupos que não têm expressão regional, mas acabam com concorrência muitas vezes desigual – eu não diria também desleal – com as pequenas e médias instituições.

A outra questão é a desproporcionalidade de subvenções e suporte que alguns tipos de instituições, não necessariamente públicas, instituições comunitárias, como foi colocado por um colega nosso, têm em relação às instituições privadas particulares. E a própria falta de integração das pequenas e médias IES para enfrentar os seus desafios mais comuns. Nesse sentido, alguns colegas destacaram a importância da realização de outros eventos voltados exclusivamente para pequenas e médias instituições e os seus desafios.

Então, fica esse alerta para que todos participem e que ocorram outros seminários semelhantes a esse realizado pela ABMES. Considero importante termos um retorno desse seminário; sabermos os próximos passos da ABMES em relação às pequenas e médias instituições. Isso é um processo de construção. A ABMES é uma associação bastante abrangente e o nosso grupo tem essa consciência.

Sra. Tereza Cristina Rodrigues da Cunha:

Um dos pontos que provavelmente não acontece em todos os cursos – deve acontecer mais na área de saúde e na área do direito – é o problema da pós-graduação. Nós, das particulares, temos que cumprir um monte de regras e exigências. De outro lado, temos associações no Brasil inteiro que ministram pós-graduação por franchising, aí passa a ser sim, uma concorrência desleal, totalmente desleal, porque essas associações oferecem para o professor muitas vezes porcentagens ou valores integrais, porque não recolhem INPS, não pagam impostos, não abrem firma, não contratam doutores. Nesses casos, o professor prefere atuar nos cursos de pós-graduação nas associações, onde ganha muito

mais do que na faculdade. Embora seja proibido, sabemos que o Brasil inteiro pratica, pelo menos nas áreas citadas, sabemos que acontece. Isso não é justo: passarmos pelo que estamos passando (Enade, avaliação) e o “filé mignon”, que é a pós-graduação, estamos perdendo, porque agora viramos instituição de ensino. Afinal, a pós-graduação é de quem? É da associação ou da instituição de ensino? Outro ponto é o curso a distância, que observamos que está sendo unânime. E meu grupo ainda tratou dos institutos federais que estão sendo abertos no Brasil inteiro. Claro que para a população isso é muito bom, mas para os investidores, gera uma tensão. Por fim, a concorrência dos grandes grupos.

Sra. Alessandra Sales Fontenele:

Discutimos também a questão dessa concorrência desleal, já que esses grupos maiores chegam aos nossos estados e nos tiram facilmente alunos, pelo potencial que têm de investimento e capital para trabalhar essa captação.

Sr. Édson Franco:

Entre as parcerias foram dados exemplos, na verdade não houve uma unanimidade da informação. Mas existem prefeituras municipais que adotam um sistema de ProUni para o ensino técnico, para favorecer a formação de pessoal de nível técnico. No nosso caso, por exemplo, existe isso. Ainda não praticado suficientemente, mas pelo menos tem a legislação. Eu vou encaminhar essa legislação para a ABMES, para que ela possa divulgar às outras instituições que podem conseguir nos seus municípios essa vantagem. Há também a possibilidade do Pronatec agora para as instituições particulares. Outra colocação que se fez é de outro

exemplo de bolsa universitária, em uma das nossas instituições em Goiânia. Finalmente, a pós-graduação, que ainda precisa ser mais incentivada por nós. Foram esses os pontos que chegamos.

Sr. Eduardo Franco:

Sobre o uso da EAD pelas IES – 20% ou 100% – das nossas 16 participações do grupo, pouquíssimas utilizam essa modalidade. Mas é expressiva a quantidade de instituições que planeja utilizar educação a distância para fomentar algum auxílio nas suas atividades presenciais. Entretanto, pouquíssimas pretendem ir além dos 20% e ter cursos diretamente ligados à educação a distância.

Sra. Tereza Cristina Rodrigues da Cunha:

Do nosso grupo de 13, somente um oferece o curso a distância. Os demais não se manifestaram.

Sr. José Roberto Covac:

Aqui no nosso grupo ainda tratamos da questão do Fies. Todos têm, mas não têm o percentual que precisaríamos, que é muito pequeno ainda.

Sr. Eduardo Franco:

Observamos que todas as instituições do nosso grupo têm parcerias diversas, com instâncias governamentais – principalmente, estadual e municipal – e com outras organizações não estatais e empresas. Há uma legislação municipal semelhante ao ProUni, verificada em Belém, como disse o Professor Édson. Lá, a prefeitura trabalha com o ISS, o IPTU, o alvará, enfim, os seus tributos e taxas. (...)

Programar a dívida como se fosse um Refis em cima do plano municipal é interessante e deve ser objeto de divulgação para outros locais. Um colega do Distrito Federal falou a respeito de algo semelhante ao ProUni municipal. Um colega de Salvador e outro de Sarandi (RS) falaram também da legislação municipal sobre o tema nos seus respectivos municípios.

Seria bom trocar essas ideias com a área jurídica da ABMES para fomentar propostas nas principais prefeituras. No que se refere à oferta de pós-graduação *lato sensu*, praticamente todas têm alguma oferta. Participam do Fies? Sim, todas. São instituições que têm polo de EAD de outras instituições? Não são polos; tem EAD próprio. Sua IES tem algum tipo de projeto social? Com certeza. Presta atendimento na comunidade? Que o diga agora o imposto de renda. Na sua percepção, qual o impacto que a IES tem na economia local e regional? Todas informam que têm um grande impacto, principalmente por acabarem sendo polos agregadores econômicos da região.

Sra. Tereza Cristina Rodrigues da Cunha:

Em relação à parceria, tivemos dez instituições que não possuem nenhuma parceria, e três que possuem parcerias com prefeituras e seus estados. Somente duas instituições não ofertam cursos *lato sensu* e onze têm. Em relação ao Fies, onze estão inscritas e duas instituições não, mas estão solicitando também por problema de credenciamento. temem relação a algum projeto social, onze possuem projetos e duas não possuem.

Sra. Alessandra Sales Fontenele:

Em relação ao curso a distância, penso que as pequenas e médias instituições como um todo, têm um percentual pequeno de oferta desses cursos. Em Fortaleza nós adotamos o ProUni: já que não temos Fies, temos o ProUni 50%. O que fizemos? Todos esses alunos de 50% que não chegaram a se inscrever, porque perderam o dia, a vaga, mantivemos o valor, e eles se matriculam e pagam o valor como se fosse o ProUni, ou seja, metade, 50%. Em relação ao aluno que não pode pagar o Fies, nós também temos um mínimo, um teto básico para que esse aluno também possa estudar. Com isso conseguimos um resultado de 120 alunos já em 2013. Qual a contrapartida para poder utilizar isso? É uma gestão financeira de ferro: cortar custos, trabalhar com o básico de custo para conseguir mais alunos. Em relação à inadimplência desse pessoal, por incrível que pareça eles estão pagando em dia. Um ponto bom não é? Em relação aos projetos de apoio à cultura, a nossa instituição oferece um grande apoio às artes plásticas, aos artistas plásticos cearenses, por meio de nossa fundação.

A Farias Brito também tem um projeto belíssimo voltado para a Assistência Social. Na nossa faculdade, na Stella Maris, sentimos uma dificuldade muito grande do aluno do ensino público com as bibliotecas. Geralmente essas escolas são muito sucateadas, então deixamos a nossa biblioteca – que consideramos um ponto forte da nossa instituição – disponível para que o cidadão fortalezense vá até ela, utilize os livros que temos, leve o dele e fique lá estudando nas salas individuais. Divulgamos isso amplamente para a comunidade. Em relação à percepção do impacto que as IES têm na economia

local e regional, é unanimidade a percepção da nossa importância na economia brasileira, nós temos toda a importância, o que está nos faltando é representatividade. Fica aqui esse apelo para que possamos juntos, porque ninguém sozinho faz nada, procurar ter mais representatividade junto ao MEC. Sabemos que aí entra a questão política, mas podemos ter voz e conseguir levar nossos problemas a quem pode solucionar.

Quanto à cultura local, já foi explicado que colaboramos muito com a questão da geração de emprego. A importância das nossas IES é inquestionável.

Sr. José Roberto Covac:

Farei um breve relato do que discutimos no período da tarde. Reitero o pedido para que vocês respondam o questionário. Registro um aspecto, que é a vinculação da regulação e avaliação. Problemas de instrumentos diversificados de avaliação, a utilização do CPC e o IGC para fins de regulação, ou seja, restrições de vaga, suspensão de autonomia, restrição no caso das pequenas instituições, relativamente à possibilidade de ampliar a oferta de cursos com maior flexibilidade, foram as grandes questões deste seminário.

Além dessas, a morosidade por parte do poder público no processo rescisório e como as faculdades não têm autonomia na localidade, acabam perdendo a concorrência pela facilidade de uma outra instituição que tem autonomia de criar os mesmos cursos.

Do ponto de vista do financiamento, está identificado um grande avanço no Fies e a necessidade que as instituições têm de ampliar a

utilização do programa. A grande dificuldade, a barreira, é a utilização do CPC negativo, e aí a instituição não tem o acesso ao Fies.

No nosso grupo – e também nos demais – houve uma discussão muito forte sobre a EAD no que se refere aos problemas de implementação dessa modalidade e à concorrência com os grandes grupos. A EAD é uma realidade e precisa ser implementada. Parece-me que o grande problema, demonstrado em alguns grupos, é que também as instituições, as faculdades, têm que ter um acesso mais facilitado para conseguir implementar a EAD. Por outro lado, curiosamente as instituições não estão utilizando os 20% do semipresencial, porque não têm experiência na área. Uma coisa acaba concorrendo com a outra, então é necessário que as instituições se preparem para implementar a EAD.

No que se refere às forças e/ou potencialidades foram destaque: a localização da instituição como um aspecto forte de captação de alunos; a identificação e a representatividade dos dirigentes das instituições com a comunidade circundante, dentre outras. Destacou-se ainda a importância das entidades representativas do setor particular no encaminhamento de propostas que visem ao atendimento das reivindicações das instituições.

Alguns itens do questionário foram respondidos parcialmente, mas fica claro que as instituições têm desenvolvido atividades extracurriculares como forma de marcar presença nas suas áreas de abrangência. Mas não foi possível identificar o tipo e a quantidade dos atendimentos realizados.

O desenvolvimento de parcerias com o estado, prefeitura e comunidade é um outro ponto forte. As experiências registradas – transporte, ProUni municipal, compra de vagas – deverão ser amplamente divulgadas para servirem de modelos. A ABMES poderá ter um papel importante nessa divulgação. Com todos os riscos e os problemas que sabemos – como o caso de Goiânia, que teve um grande programa com Marconi Perillo, e o governador suspendeu o programa e tal – vale a pena assumir os riscos e desenvolver parcerias.

Destacou-se a importância do gestor, sobretudo quando ele tem visão e experiência educacional. Esses aspectos valem para os gestores das pequenas IES e dos grandes grupos e contribuem para a melhoria da qualidade do ensino e para o entendimento dos processos decisórios da instituição. Esses são os grandes pontos que discutimos hoje. Evidentemente que agora precisamos ter mais dados a respeito disso.

Na verdade, esse seminário representou o início de uma sequência de trabalhos que serão desenvolvidos pela ABMES, no contexto das pequenas e médias IES. Temos agora que transformar as contribuições dos expositores e as conclusões dos grupos de trabalho em documentos, ações e projetos que possam atender aos 70% de instituições, que na realidade têm entre 2.000 e 2.500 alunos, que é uma quantidade realmente grande. Se retiradas do sistema, tal como demonstrado na parte da manhã, causariam um colapso na oferta da educação superior. Vi muitas vezes dizerem o seguinte: em cinco anos, as instituições com menos alunos vão sumir. Isso já diziam há dez anos e particularmente não acredito,

porque elas têm uma importância diferenciada onde estão. O que precisam é serem compreendidas, principalmente pelos órgãos de regulação, e enquadradas em um regime jurídico correto.

Sobre a desoneração. A ABMES tem feito, desde o ano passado, um trabalho sistemático e importante em relação a esse tema, junto a MDIC, nem sempre divulgado porque a imprensa também joga muito contra determinadas bandeiras que o segmento do ensino superior defende. Se tudo correr bem – queremos que tenha sucesso – e para isso há sempre necessidade de apoio parlamentar, porque trata-se de um projeto que será votado na Câmara e no Senado Federal.

Agradeço à ABMES pela oportunidade de participar desse seminário, agradeço às pessoas que participaram trazendo informações extremamente ricas, ainda que algumas vezes tenham sido ditas como um desabafo. Foi um primeiro momento de reunião de representantes de pequenas e médias IES e eutemos certeza que o refinamento de outros momentos e encontros trará frutos para todos nós. Muito obrigado.

Sr. Gabriel Mario Rodrigues:

Como Presidente da ABMES, uma das nossas maiores preocupações volta-se para as pequenas e médias instituições porque elas não percebem a força que têm. Unidas, poderão responder aos desafios que enfrentam.

Muito se falou nesse seminário sobre parcerias, serviços compartilhados, compras e cobranças compartilhadas. Eu conheço

uma instituição de São Paulo que trabalha com as escolas de segundo grau realizando a tesouraria completa, fazendo cobranças. Em suma: faz tudo, quer dizer, a escola não precisa ter nada, é uma tesouraria só. Então o que é preciso muitas vezes é pensar fora da caixa, com soluções diferentes das tradicionais.

Questão de uns 15 dias atrás recebi, por intermédio da Endeavor – instituição que apoia os empreendedores – um rapaz de 25 anos, que tem 200 mil alunos no Brasil, fornecendo cursos do 1º emprego. Então um conselho de quem já viveu um pouco mais de que vocês: precisamos pensar fora da caixa para resolver os problemas.

Considero importante pensar nos mecanismos de integração entre as pequenas e médias instituições e dessas com a ABMES, tal como destacado pelo Covac. Esse seminário terá uma sequência, a começar pelas conclusões do dia de hoje e chegando a um projeto que definirá um conjunto de ações da ABMES em prol das pequenas e médias IES.

Para tanto, há instrumentos na nossa tecnologia tão fáceis de unir todo mundo dentro das ideias que estamos comungando hoje: ideias brotam; questões podem ser solucionadas quando se pensa em conjunto.

Finalizando, a ABMES quer corresponder às expectativas das pequenas e médias IES. Trata-se de um compromisso que estamos tomando agora e vamos prosseguir, porque é uma necessidade institucional que vai ao encontro do que as IES precisam.

Sr. Sólon Hormidas Caldas – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior ABMES:

Gostaria de complementar o que o Professor Gabriel falou.

Estamos dando início a um processo de desenvolvimento de ações para auxiliar as pequenas e médias IES. A ABMES vem trabalhando insistentemente junto ao MEC, há algum tempo, com relação aos problemas que foram postos aqui por todos vocês, principalmente no aspecto de regulação e avaliação.

As questões do CPC, IGC, do instrumento diversificado para as faculdades, da não exigência do número de mestres e doutores para a faculdade fazem parte da pauta da ABMES com o MEC. Sai Ministro, entra Ministro, sai Secretário, entra Secretário e estamos lá discutindo para que possamos conseguir essas mudanças, que são necessárias para que as faculdades possam continuar a trabalhar e atuar desenvolvendo as suas atividades, nas suas cidades e nas suas regiões.

Anotei algumas ações que temos desenvolvido, só para conhecimento de vocês, porque às vezes quem está de fora pensa que estamos olhando as coisas acontecerem e não estamos tomando providências. No que se refere ao processo de regulação e avaliação, ontem mesmo tivemos uma reunião no MEC com o Secretário da Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior (Seres), Jorge Messias, para tratar da questão dos instrumentos diversificados para as faculdades. Esse é um pedido antigo e que está sendo discutido também no âmbito da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). Temos

grandes expectativas de que poderemos conseguir fazer esse desmembramento.

O Professor Gabriel é absolutamente contra a punição das instituições com CPC e IGC. Sobre o tema, já publicou artigos na Folha de S. Paulo e no blog da ABMES. Existem também algumas frentes de trabalho que estão sendo desenvolvidas pelo Fórum em parceria com o Ministério da Educação das quais a ABMES faz parte. Uma delas é a câmara temática para tratar do Enade, especialmente no que se refere ao comprometimento do aluno com o resultado do exame.

Da forma como o processo vem se desenvolvendo hoje, penalizando os cursos e as instituições apenas com base no resultado do Enade, o sistema fica muito fragilizado. Então, isso também faz parte da discussão com o MEC e “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”, aos poucos vamos conseguindo plantar algumas coisas.

Sr. Gabriel Mario Rodrigues:

Encerrando, reafirmo a intenção do diretoria da ABMES em dar uma atenção especial às pequenas e médias instituições, por meio de um projeto específico, considerando que desempenham um papel expressivo no setor educacional do país.

Muito obrigado. Sucesso para todos!

Anexo

QUESTIONÁRIO PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA “PEQUENAS E MÉDIAS IES – TENDÊNCIAS E OPORTUNIDADES”¹

DADOS DO ENTREVISTADO

NOME: _____ CARGO: _____

TEL: () _____

NOME DA IES: _____

Entrevistador: _____ ()

P1. Sua instituição é atualmente associada à ABMES?

- (1) Sim
- (2) Não, mas já foi → Pular para P4
- (3) Não, mas pretende se associar → Pular para P4
- (4) Não, e não pretende se associar → Pular para P4

¹ Questionário elaborado pela ABMES em parceria com o Instituto Expertise e o Instituto PhD de Pesquisa.

P2. Atualmente, qual o seu grau de satisfação geral com a ABMES?

- (1) Muito Satisfeito
- (2) Satisfeito
- (3) Regular
- (4) Insatisfeito
- (5) Muito Insatisfeito
- (6) Não Sabe Opinar

P3. Quais são os PRINCIPAIS motivos pelos quais sua instituição escolheu se associar à ABMES? (Espontânea - Resposta múltipla)

R: _____

P4. Quais são os PRINCIPAIS motivos pelos quais sua instituição não é associada à ABMES? (Espontânea - Resposta múltipla)

R: _____

P5. No geral, quais são as 3 PRINCIPAIS dificuldades que a sua instituição enfrenta no mercado em que atua?

(Por Exemplo: captação, evasão, EAD, gestão, inadimplência, atendimento às normas do MEC, outras) (Espontânea - Resposta múltipla)

R: _____

P6. Quais são as 5 PRINCIPAIS dificuldades regulatórias que a sua instituição enfrenta? (Espontânea – Resposta múltipla)

R: _____

P7. Em relação à concorrência, na sua opinião, quais são as

PRINCIPAIS FORÇAS que sua instituição possui? (Estimulada - Resposta múltipla)

- (01) Marca
- (02) Tradição na cidade/ região
- (03) Preço
- (04) Infraestrutura física
- (05) Indicadores de Qualidade (CPC, IGC)
- (06) Porte da Instituição
- (07)Outro:_____

P8. Em relação à concorrência, na sua opinião, quais são as PRINCIPAIS FRAQUEZAS que sua instituição possui? (Estimulada - Resposta múltipla)

- (01) Marca
- (02) Tradição na cidade/ região
- (03) Preço
- (04) Infraestrutura física
- (05) Indicadores de Qualidade (CPC, IGC)
- (06) Porte da Instituição
- (07)Outro:_____

P9. Na sua opinião, quais são as PRINCIPAIS OPORTUNIDADES existentes no mercado onde sua instituição está inserida? (Estimulada - Resposta múltipla)

- (01) Presença de Empresas na região
- (02) Pouca concorrência
- (03) Melhoria da renda per capita
- (04) Crescimento do mercado de trabalho
- (05) Posição geográfica estratégica
- (06) Outro:_____

P10. Na sua opinião, quais são as PRINCIPAIS AMEAÇAS

existentes no mercado onde sua instituição está inserida?

(Estimulada - Resposta múltipla)

- (01) Preço praticado pelos concorrentes
- (02) Grande oferta de cursos presenciais dos concorrentes
- (03) Grande oferta de cursos EAD dos concorrentes
- (04) Baixo potencial econômico da cidade/ região
- (05) Baixo número de concluintes no ensino médio na cidade/ região
- (06) Outro: _____

P11. Sua instituição faz uso EAD dentro dos 20% da carga horaria permitida dos cursos presenciais?

- (1) Sim → Pular para P13
- (2) Não utiliza EAD para cursos presenciais

P12. Por que não? (Espontânea – Resposta Múltipla)

R: _____

P13. Sua instituição oferta cursos de pós-graduação lato sensu?

- (1) Sim
- (2) Não → Pular para P15

P14. Por favor cite todos os cursos de pós-graduação lato sensu que sua instituição oferece.

R: _____

P15. Qual é o Ticket Médio* das mensalidades dos cursos de

pós-graduação lato sensu?

* Por exemplo:

Aluno 1 paga mensalidade integral = R\$ 500,00

Aluno 2 paga mensalidade com bolsa de 50% = R\$ 250,00

Aluno 3 paga mensalidade com bolsa de 25% = R\$ 375,00

Ticket médio = R\$ 500,00 + R\$ 250,00 + R\$ 375,00 dividido por 3 =
R\$ 375,00

R: _____

P16. Sua instituição utiliza o FIES?

(1) Sim

(2) Não → Pular para P18

P17. Qual o PERCENTUAL de alunos que utilizam o FIES?

R: _____

P18. Sua IES tem dificuldade de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado?

(1) Sim, apenas com mestrado

(2) Sim, apenas com doutorado

(3) Sim, com ambos

(4) Não tem dificuldade → Pular para P20

P19. Qual seria o principal motivo da dificuldade? (Estimulada – Resposta Única)

(01) Dificuldade de encontrar no município/ região mão de obra qualificada

(02) Há dificuldades internas na própria IES, como arcar com o custo alto de docentes titulados

(03) Outro: _____

P20. O Procurador Institucional (PI) de sua IES é plenamente

preparado para a função que exerce (conhece os impactos regulatórios de sua atividade para a sua instituição)?

(1) Sim

(2) Não

P21. A sua instituição é favorável à possibilidade de uma atuação conjunta com os seus “concorrentes” para a formação de um centro de serviços compartilhados, com o objetivo de minimizar os custos operacionais? Por exemplo: na compra de materiais comuns, seguro educação, dentre outros.

(1) Sim

(2) Não

P22. Com a possibilidade das IES particulares aderirem ao PRONATEC, a sua instituição teria interesse?

(1) Sim

(2) Não

(3) Não sabe informar

P23. Sua opinião é muito importante para nós. Gostaríamos de saber se você tem alguma sugestão/ comentário.

Nosso objetivo é sempre entregar informações relevantes para auxiliar na gestão de sua Instituição.

R: _____

Normas para apresentação de originais

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) publicará por meio do *ABMES Cadernos*, trabalhos sobre temas e questões de interesse específico das instituições de ensino superior associadas, os quais deverão ser submetidos à aprovação da Diretoria da ABMES.

Os trabalhos devem ser inéditos e enviados para a publicação no *ABMES Cadernos*, observando as seguintes normas:

1. Título acompanhado do subtítulo, quando for o caso, claro, objetivo e sem abreviaturas;
2. Nome do autor e colaboradores por extenso, em itálico e negrito, com chamada (*) para rodapé, onde serão indicadas credenciais escolhidas pelo autor;
3. Dados sobre o autor – nome completo, endereço para correspondência, telefone, fax, e-mail, vinculação institucional, cargo, área de interesse, últimas publicações.

4. Resumo de dez linhas que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões.
5. Salvo casos absolutamente excepcionais e justificados, os originais não devem ultrapassar o limite de 15 a 20 páginas digitadas.
6. O texto deverá ser enviado por e-mail (abmes@abmes.org.br).
7. Os títulos e subtítulos deveram ser claramente identificados e hierarquizados por meio de recursos sucessivos de destaque, tais como: caixa alta (letra maiúscula) com sublinha; caixa alta sem sublinha; caixa alta e baixa com sublinha; caixa alta e baixa sem sublinha.
8. As citações, as chamadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título incluído na sentença devem ser iniciadas em letra maiúscula e as seguintes em minúscula, mas quando não houver a chamada na sentença, devem ser apresentados entre parênteses e com todos os caracteres em letras maiúsculas. Exemplo: De acordo com Barbosa (2002, p.26), "o protestantismo no Brasil foi encarado como intruso durante todo o século XIX, tanto pelos missionários que lutaram para superar as difíceis barreiras, mas principalmente pelos representantes da Igreja Romana". Ou: "O protestantismo no Brasil foi encarado como intruso durante todo o século XIX, tanto pelos missionários que lutaram para superar as difíceis barreiras, mas principalmente pelos representantes da Igreja Romana". (BARBOSA, 2002, p.26) E, ainda na citação da citação: Analisando a marcha abolicionista no Brasil, perguntou-se à época: "o que nós queremos que o Brasil se torne? Para que é que trabalhamos todos nós, os que, com a opinião dirigimos seus destinos?" (RODRIGUES, 1871 apud BARBOSA, 2002, p. 115).

9. Obras do mesmo autor e do mesmo ano devem ser ordenadas em ordem alfabética, seguidas de letras do alfabeto: 1997a, 1997b, 1997c, discriminado-as, no corpo do texto, sempre que forem citadas.
10. Notas exclusivamente de natureza substantiva devem ser numeradas seqüencialmente.
11. A primeira citação de nome ou título que tenha siglas e abreviações deverá aparecer registrada por extenso, seguido da sigla colocada entre parênteses. Se a sigla tiver até três letras ou se todas as letras forem pronunciadas devem-se gafar todas as letras da sigla em maiúsculas. Exemplo: CEF, MEC, BNDES, INSS. E as siglas de mais de três letras formando palavras devem aparecer em caixa alta e baixa. Exemplo: Unesco, Semesp, Funadesp.
12. As citações diretas, no texto, de mais de três linhas devem ser colocadas com: recuo de 4 cm da margem esquerda; fonte menor; espaço simples e sem aspas.
13. As palavras e/ou expressões em língua estrangeira devem aparecer em itálico.

Exemplos de Referências

1. Livros

DIAS, Gonçalves. *Gonçalves Dias*: poesia. Organizada por Manuel Bandeira. Revisão crítica por Maximiano de Carvalho e Silva. 11.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1983. 175p.

BARBOSA, José Carlos. *Negro não entra na igreja: espia na banda de fora*. Protestantismo e escravidão no Brasil Império. Piracicaba: Ed. Unimep, 2002. 221p.

COLASANTI, Marina. *Esse amor de todos nós*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 231p.

OLIVEIRA, José Palazzo et al. *Linguagem APL*. Porto Alegre: CPGCC da UFRGS, 1973. 15p.

2. Artigos em revistas

MOURA, Alexandrina Sobreira de. Direito de habitação às classes de baixa renda. *Ciência & Trópico*, Recife, v.11, n.1, p.71-78, jan./jun. 1983.

METODOLOGIA do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 162, p. 323-330, abr./jun. 1980.

3. Artigos em jornais

COUTINHO, Wilson. O Paço da Cidade retorna seu brilho barroco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1985. Caderno B, p. 6.

BIBLIOTECA climatiza seu acervo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1985. p.11, c. 4.

4. Leis, decretos e portarias

BRASIL. Lei n.º 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera legislação tributária federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Seção 1 p.13.

5. Parte de monografias

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975. In: LIMA, O . B.; ABRANCHES, S. H. (Org.). *As origens da crise*. São Paulo: Vértice, 1987.

6. Teses, dissertações e trabalhos acadêmicos

MORGADO, M. L.C. *Reimplante dentário*. 1990. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Faculdade de Odontologia, Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, 1990.

O envio de trabalhos implica cessão de direitos autorais para o *ABMES Cadernos*.

Serão fornecidos ao autor principal de cada artigo 10 (dez) exemplares do número do *ABMES Cadernos*.

Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Esta obra foi composta em Univers 45 Light e impressa nas oficinas da Athalaia Gráfica e Editora Ltda, no sistema off-set sobre papel polén soft 80g/m² miolo, com capa em papel Couchê Fosco 170g/m² para a ABMES, em outubro de 2013. Athalaia Gráfica e Editora Ltda. Fone: 61 3344-1002 – Fax: 61 3344-2827 e-mail (athalaia@athalaia.com.br).